



santa maria da feira assembleia municipal

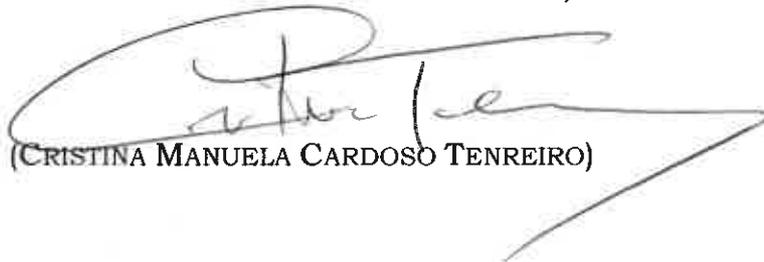
EDITAL N.º 11/2025/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de abril de 2025, aprovada na sessão ordinária de 30 de junho de 2025. Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 1 de julho de 2025. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



ATA N.º 25 – No dia 30 de abril de 2025, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas N.º 24 – Sessão Ordinária de 21 de fevereiro de 2025**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município – 2024**
- 4 – Documentos de Prestação de Contas da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – 2024**
- 5 – Documentos de Prestação de Contas da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. – 2024**
- 6 – Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira – 2024**
- 7 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes**
- 8 – Alteração do Mapa de Pessoal de 2025**
- 9 – Lufthansa Technik Portugal, S.A. – Benefícios Fiscais Contratuais**
- 10 – Atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior**
- Obras de reabilitação e adaptação de acessibilidades do edifício
- 11 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Fornos no âmbito do Concurso da Capital Concelhia da Cultura 2025**
- 12 – Programa Movimento e Bem Estar – Transferência de verbas 2025**
- 13 – Regulamento Municipal “Concelho Solidário – Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual a Pessoas em**



Situação de Vulnerabilidade” -----

14 – Alteração do Regulamento de Utilização de Espaços Culturais --

**15 – Fundação da Juventude – “Abrir novos caminhos” / Atribuição
de apoio financeiro -----**

16 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de 2024. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Délio Manuel Ferreira Carquejo). -----

Não estiveram presentes os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques, Mário Jorge de Castro Reis, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva e Márcio Santos Correia. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão por via on-line. Anunciou que a sessão estava a ser transmitida em direto e por via remota, pressupondo o consentimento dos eleitos para esse efeito. Informou ainda que iria circular uma declaração destinada a ser assinada pelo público presente, com o intuito de recolher o respetivo consentimento, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, informou que os membros Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD) e Carlos Ferreira Martins da Silva (IL), comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----



Executivo: Vera Cristina dos Santos Silva,-----

- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho.---

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 42 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Jorge Paulo das Neves Pereira; António Luís da Costa Ferreira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Pedro Alexandre da Silva Martins; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Sara Elisabete Gomes Portal; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das



• Serafim Guimarães: substituído pelo Jorge Paulo das Neves Pereira (*uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão*),-----

• Susana Silva: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas (*a qual entrou no decorrer da sessão*),-----

• Jorge Ferreira: substituída pelo António Luís da Costa Ferreira (*uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Cláudia Oliveira Antunes Correia – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão*),-----

• Carlos Martins: substituído pelo Paulo Jorge da Silva Vieira (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Daniel João dos Santos Moreira, Diana Isabel Espinheira Nogueira e Daniel Eduardo Ferreira de Melo – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão*). -----

Deu nota que o membro Carlos Miguel Moreira Cunha, representante da CDU, informou da impossibilidade de estar presente e de se fazer substituir nesta sessão. -----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Pedro Alexandre da Silva Martins; -----

• Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (Independente - IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----

• Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sara Elisabete Gomes Portal; ---

• União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande: David António Henriques das Neves (PS) – delegou a representação na Secretária do



Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – Vera Cristina dos Santos Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Paulo Jorge da Silva Vieira; -----

Independente (IND): Miguel Branco Santos Alves; -----

Independente (IND): Carmino Joaquim Leite de Bastos – Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva (PSD), Joana Inês Carvalho Coelho Ribas (PSD), Susana Alexandra Lopes Correia (PS), Job Santos Silva (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia, ou seus representantes, de Lourosa – Armando de Fontes Teixeira (PSD), Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD), São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa (PSD), e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho (PSD). -----

Faltou à sessão, sem ser substituído: Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU). ---

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período dando nota que a Mesa pretende submeter à aprovação dois Votos de Pesar, um pelo falecimento de Delfim Silva e o outro pelo falecimento do Papa Francisco, os quais passou a ler e que, seguidamente, se transcrevem:-----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DELFIM MANUEL OLIVEIRA DA SILVA-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõe que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento de Delfim Manuel Oliveira da Silva, natural de Arrifana, ocorrido no dia 6 de abril de 2025, aos 68 anos de idade. Delfim Silva foi uma figura marcante da vida política, cívica e associativa do nosso concelho. Exerceu funções como Vereador da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira entre 1997 e 2005, com responsabilidade em áreas tão relevantes como a Administração e Finanças, Ambiente e Obras Municipais. Foi ainda Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana (2014-2021) e desempenhou diversas funções de relevo em instituições e associações locais, destacando-se o seu papel como Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Arrifana, da Associação do Centro Social de Escapães, do Fórum Sénior de Santa Maria da Feira e do Grupo Columbófilo de Arrifana. A sua dedicação também passou pelo associativismo desportivo, cultural e recreativo, tendo sido dirigente em várias coletividades do concelho. O seu percurso foi pautado por uma entrega total à causa pública, por um profundo espírito de serviço e por uma humanidade que tocou todos aqueles com quem colaborou. Será lembrado como um exemplo de proximidade, seriedade e dedicação ao bem comum. -----

O Executivo Municipal como reconhecimento da importância cívica e institucional de Delfim Manuel Oliveira da Silva, decretou luto municipal nos dias 7 e 8 de abril de 2025, com a colocação da bandeira do Município a meia haste. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----



- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências; --
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

“VOTO DE PESAR PELA MORTE DE SUA SANTIDADE O PAPA-----

Foi com profunda tristeza que recebemos a notícia do falecimento do Papa Francisco. Líder humanista incansável, homem de humildade, diálogo, e inclusão, o Papa Francisco deixa um legado de amor ao próximo, justiça social e cuidado com os mais vulneráveis, em vida. -----

O Papa Francisco destacou-se, ao longo do seu pontificado, como uma figura ímpar da Igreja Católica e como um verdadeiro líder moral, de humanista à escala global. A sua ação e palavra transcenderam fronteiras religiosas, alcançando crentes e não crentes, com uma mensagem centrada na dignidade da pessoa humana, na justiça social e na defesa da paz. -----

Como afirmou o próprio Papa: “A verdadeira força de um povo mede-se pelo cuidado que tem com os seus membros mais frágeis” – uma visão profundamente enraizada no humanismo cristão, mas também num compromisso universal com os valores da compaixão, solidariedade e inclusão. Figura de coragem e coerência, enfrentou desafios internos e externos com humildade, proximidade e firmeza de convicções, deixando um legado que permanecerá como referência ética e espiritual para as gerações futuras.-----

Perante esta perda de dimensão mundial, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feiral propõe a aprovação deste voto de pesar, prestando a mais sentida homenagem à memória do Papa Francisco expressando as nossas mais sinceras condolências aos milhões de católicos e não católicos que foram inspirados pela sua mensagem e exemplo de vida. -----

“Sejamos todas e todos pastores com cheiro de ovelha.” -----

Pelo que, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente voto de pesar; -----



- Observar um minuto de silêncio.” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor (PSD:23, PS:14, BE, CDS-PP, IL, IND:2), aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Delfim Manuel Oliveira da Silva, cujo teor já se encontra devidamente exarado e transcrito nesta ata. -----

Entrou a deputada municipal Susana Correia. -----

Deliberou ainda, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD:23, PS:15, BE, CDS-PP, IL, IND:2), aprovar o voto de pesar pela morte de Sua Santidade O PAPA, cujo teor já se encontra devidamente exarado e transcrito nesta ata. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. -----

Posto isto, prosseguindo os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 1 moção e 2 votos de saudação que, nos termos regimentais, foram recebidas pelos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra ao proponente destes documentos para fazer a apresentação dos mesmos. -----

Entraram os membros Jorge Silva, Ana Lamas, Joana Ribas, Eva Costa e Fernando Pinho. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----
A análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, torna claro e manifesto que as políticas nacionais de harmonização de preços no serviço de abastecimento de água têm falhado



consecutivamente. São cada vez mais as assimetrias cavadas entre aquilo que é cobrado às famílias em cada município. E, se há uma década a tendência era já notória, tornou-se ainda mais evidente nos últimos três anos.-----

Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas implementar a Tarifa social automática na fatura da água. -----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência.-----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os



consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2025, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-



Lei n.º 147/2017.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO – VIVA O 25 DE ABRIL! -----

Comemoramos os 51 anos do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O 25 de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. E é nesta data também que celebramos as primeiras eleições verdadeiramente livres, justas e democráticas. -----

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito constitucional à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. -----

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

A liberalização radical do mercado faz com que o custo de vida aumente todos os dias. A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país,



privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.-----
As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.-----

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2025 delibera:-----

1. Evidenciar o 51º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação; -----
2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e às Centrais Sindicais.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO-----

Há 52 anos, no 1º de maio de 1973, apesar da ditadura fascista, o povo saiu às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas



policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Amadora, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Ovar, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades e acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional das Pessoas Trabalhadoras, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas – que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.-----
Menos de um ano depois, chegou o 25 de abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as comissões de trabalhadores (CT).-----
No entanto, existem conquistas de maio que estão permanentemente ameaçadas. Nesta data, queremos recordar os trabalhadores por turnos. São mais de 800 mil pessoas em Portugal a trabalhar por turnos, muitas vezes em trabalho noturno em fábricas, hospitais, call centers, centros comerciais, aeroportos. São também os familiares – filhos, maridos, esposas, pais - em vidas desencontradas com quem trabalha nestas condições. Os riscos para a saúde estão comprovados: perturbação do sono, problemas cardiovasculares, maior risco de depressão e de cancro. A vida familiar, o tempo para descanso, lazer e formação são terrivelmente afetados.-----
São anos de vida e de bem-estar negados. O descanso é sempre insuficiente, em particular na mudança do turno. A idade da reforma chega tarde, depois de já esgotados e em não poucos casos já doentes. Um subsídio adequado para quem trabalha por turnos, horas de descanso e antecipação da idade



da reforma são reivindicações justas para estes trabalhadores, e neste 1.º de Maio temos o dever de lutar por elas. -----

As lutas do dia 1.º de maio, Dia Internacional das Pessoas Trabalhadoras, são conquistas do povo trabalhador, fazem parte da nossa memória coletiva, as sementes de maio, perduram até aos dias de hoje, pelo trabalho com direitos, salário digno, contra a exploração laboral e pela justiça social. -----

Assinalar este dia é lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2025 delibera:-----

1. Expressir solidariedade a quem no dia a dia assegura a produção e distribuição dos bens essenciais, os transportes, a limpeza das ruas, os serviços públicos de saúde, educação, segurança social e todas as outras profissões que asseguram o dia a dia da população portuguesa, em especial para aqueles que o fazem em trabalho por turnos. -----

2. Saudar o 1.º de Maio e a luta de todos os homens e mulheres que exigem mais dignidade, mais democracia, mais progresso social, emprego com direitos, salários dignos.” -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que começou por dizer, em relação à moção sobre a tarifa social da água, que não a comentaria. -----

Quanto ao voto de saudação “Viva o 25 de Abril!”, leu o documento que disponibilizou para que o seu teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Viva o 25 de Abril, sim. Mas viva com verdade, com memória e com a honestidade intelectual que esta data merece. -----

O voto de saudação apresentado hoje pelo Bloco de Esquerda não é mais do que um exercício de propaganda ideológica, vazio, carregado de chavões e



anacronismos. É um texto que procura, mais uma vez, colar-se à herança de Abril como se esta fosse monopólio da esquerda radical – esquecendo, ou fingindo esquecer, que o 25 de Abril foi feito por militares de várias sensibilidades políticas e que devolveu a liberdade a todos os portugueses, não apenas a uma corrente política. -----

Como deputado municipal independente, optarei por me abster nesta votação – não pela temática, mas precisamente pela forma demagógica e ideologicamente enviesada como a moção foi redigida. -----

É importante recordar que a liberdade conquistada em Abril é, antes de mais, liberdade de expressão para todos: da esquerda à direita. Não podemos defender Abril apenas quando nos convém. Se reivindicamos o direito de criticar, temos também o dever democrático de aceitar a crítica, por mais incómoda que seja. É isso que significa viver em democracia: não há donos da liberdade. -----

O Bloco de Esquerda insiste em repetir a narrativa de um país oprimido onde só o seu projeto ideológico tem lugar. Falamos de um partido que, ao longo dos anos, não tem hesitado em apoiar regimes autoritários e decadentes, como o regime chavista da Venezuela ou o regime cubano, em nome de uma suposta luta contra o “imperialismo”. Hoje, cá dentro, são os mesmos que dão voz à inversão completa de valores: defendem delinquentes em nome da inclusão, atacam a autoridade em nome da liberdade, e transformam criminosos em vítimas. -----

É impossível não recordar que, no rescaldo do 25 de Abril, vivemos o PREC – um tempo de radicalismo, ocupações ilegais, nacionalizações descontroladas e tentativas reais de instaurar uma ditadura comunista. Hoje, passados 51 anos, voltamos a ver sinais desse espírito nos chamados “ocupas” que invadem casas ilegalmente com o apoio político do Bloco de Esquerda, desprezando a propriedade privada e o Estado de Direito, como se a revolução ainda estivesse em curso – mas contra os cidadãos honestos. A liberdade que hoje temos – e que celebramos – inclui também a liberdade



de discordar desta visão deturpada e dogmática do país. O verdadeiro espírito de Abril não se encontra em manifestos panfletários, mas sim na pluralidade democrática, no respeito pela Lei, e na valorização do mérito, do trabalho e da responsabilidade individual.-----

É essa liberdade que o Bloco de Esquerda, com este tipo de discurso, tenta subtilmente corroer porque no fundo, o que querem é substituir uma ditadura por outra – disfarçada de causas fraturantes e retóricas inclusivas. É por tudo isto que não posso acompanhar este voto de saudação. Não pela data que a inspira, mas pela hipocrisia que a sustenta. Não por desrespeito à Revolução, mas por respeito a quem a fez de verdade. E porque não posso aceitar que se use o nome de Abril como biombo para agendas partidárias radicais e divisoras. -----

25 de Abril sempre. Bloco de Esquerda... nem a 25.”-----

De seguida, em relação ao voto de saudação ao 1.º de Maio, o membro Miguel Branco leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Como deputado municipal independente, abstenho-me deste voto de saudação. E quero deixar claro: não me abstenho por desvalorizar o 1.º de Maio, nem por discordar da sua importância histórica como Dia do Trabalhador. Abstenho-me porque este voto de saudação não é uma homenagem aos trabalhadores – é um panfleto político disfarçado de saudação institucional.-----

Mais uma vez, o Bloco de Esquerda recorre à distorção histórica e à demagogia fácil para promover a sua visão radical da sociedade, vestindo o manto do 1.º de Maio como se fosse propriedade sua. A verdade é que este voto de saudação, mais do que um tributo à luta dos trabalhadores, é uma tentativa de manipular a memória coletiva com o único objetivo de manter viva uma ideologia que falhou em todo o mundo onde foi implementada.----

Vamos aos factos: o texto apresentado começa por invocar o 1.º de Maio de 1973 sob ditadura, o que é justo e importante lembrar. Mas rapidamente se



transforma numa ode ao PREC e a um ideal revolucionário que tentou substituir uma ditadura por outra – uma ditadura de partido único, centralizadora, antidemocrática. O Bloco esquece convenientemente que as conquistas laborais que hoje temos foram possíveis porque Portugal escolheu a democracia pluralista, com economia social de mercado e respeito pelas liberdades fundamentais – e não porque se instaurou o modelo que o BE tanto admira em países como Cuba ou Venezuela.-----
É no mínimo irónico que um partido que tantas vezes relativizou ou até defendeu regimes que perseguem trabalhadores, censuram imprensa, e esmagam direitos sindicais, venha agora invocar o 1.º de Maio como bandeira de justiça social. Falam em direitos laborais, mas calam-se quando esses direitos são esmagados por ditadores ideologicamente “convenientemente”. O texto menciona, com dramatismo, os trabalhadores por turnos – como se fosse uma descoberta recente – mas ignora o papel das empresas que, apesar de todas as dificuldades e burocracias, geram emprego, pagam salários e sustentam a máquina do Estado. Não há uma palavra neste voto de saudação sobre incentivo à produtividade, qualificação profissional, modernização da economia, ou valorização do mérito. O foco é sempre a vitimização, o ataque ao empregador, o reforço de um discurso de classe, divisionista e antiquado. -----
Este voto de saudação serve para reafirmar a velha narrativa do “patrão explorador” contra o “trabalhador oprimido”, como se vivêssemos ainda em 1910. Não reconhece os avanços civilizacionais, nem o papel da negociação coletiva, nem os compromissos entre empregadores e sindicatos que hoje são realidade. Não é um voto de saudação sobre o 1.º de Maio – é uma tentativa ideológica de manter viva a luta de classes como se fosse a única leitura possível da sociedade. -----
Celebrar o 1.º de Maio é importante, sim. Mas celebrar com responsabilidade, com verdade, com visão de futuro. Não para repetir slogans de esquerda radical que em nada contribuem para a elevação do



debate público, nem para a vida concreta dos trabalhadores portugueses. --
Por isso, e como independente, abstenho-me deste voto de saudação. Porque
o 1.º de Maio é dos trabalhadores – todos eles – e não do Bloco de Esquerda.”

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que, relativamente ao voto de saudação
sobre o 25 de Abril, disse que a IL assinala, com convicção, os 51 anos do
25 de Abril, reconhecendo esta data como um momento decisivo para a
democracia, a liberdade e os direitos civis em Portugal. Referiu que a IL
valoriza o fim da ditadura, as eleições livres e a consagração das liberdades
fundamentais, mas não pode aceitar que se continue a apropriar
politicamente o legado de Abril, associando-o a uma visão ideológica única,
contrária à liberdade económica, à iniciativa privada e ao mérito individual.
Salientou que a liberdade que Abril trouxe é, também, a de pensar diferente,
de empreender, de viver com autonomia e responsabilidade: Rejeita assim
qualquer monopólio real e moral sobre a democracia, abstendo-se nesta
votação e reafirmando o seu compromisso com uma democracia plural, com
a liberdade individual e com uma sociedade aberta. -----

Em relação ao voto de saudação ao 1.º de Maio, referiu que a IL reconhece o
1.º de Maio como um marco importante na afirmação dos direitos dos
trabalhadores e saúda todos os que, com esforço e dedicação, contribuem
diariamente para o desenvolvimento do país, especialmente quem trabalha
em condições exigentes, como é o caso do trabalho por turnos. Disse que a
IL valoriza a defesa dos direitos laborais, mas também a liberdade de
escolha, o mérito, a inovação e a criação de emprego qualificado,
acrescentando que a dignidade no trabalho se alcança não só com
reivindicações ao Estado, mas também com políticas que promovam a
autonomia, o investimento e a liberdade económica. -----

Referiu que, por isso, embora respeitando o espírito do voto de saudação,
não pode subscrever a sua leitura ideológica e parcial da realidade laboral,
dando nota que a IL se abstém nesta votação, reafirmando o seu



compromisso com uma visão de trabalho assente na liberdade, responsabilidade e progresso.-----

Sobre a moção respeitante à tarifa social da água, informou que a IL reconhece a importância da proteção social direcionada a quem dela necessita, realçando que, com os custos de vida a pressionar as famílias, é essencial que os apoios públicos sejam eficazes, bem orientados e de fácil acesso.-----

Referiu que a proposta de automatização da tarifa social da água, à semelhança do que já acontece na energia, é tecnicamente viável e pode contribuir para uma maior justiça social, ao garantir que mais beneficiários elegíveis recebem esse apoio. Contudo, entende que a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda não se limita à proposta técnica, porquanto, aporta uma carga ideológica que associa, implicitamente, a resolução deste tema à remunicipalização da água, uma ideia que a IL não subscreve. Ressaltou que a IL defende uma gestão eficiente e regulada, independentemente, de ser pública ou privada, e rejeita a narrativa de que o setor privado é, por princípio, um obstáculo ao bem-estar social.-----

Disse, assim, que apesar de reconhecer o mérito da medida de autonomização, a IL considera que a moção mistura duas dimensões, que devem estar separadas: a proposta concreta e o discurso ideológico. Concluindo, informou que a IL se abstém nesta votação, reafirmando que apoia políticas sociais focadas, mas rejeita a sua instrumentalização para justificar soluções, economicamente, ineficazes.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que, dirigindo-se ao deputado Miguel Branco, disse que o mesmo, na intervenção que fez, atribuiu uma carga ideológica e quase de má-fé aos textos apresentados.-----

Disse não saber se o membro Miguel Branco o faz por desconhecimento ou porque não consegue esconder o seu desrespeito pelos valores de Abril e pela luta dos trabalhadores, e, portanto, disfarça com um ataque ideológico ao



João Cunha
387

Bloco de Esquerda mas desfasado do teor das propostas. Referiu que o Miguel Branco diz concordar com o 25 de Abril e o 1.º de Maio, mas, na verdade, tenta esconder a verdadeira causa da sua intervenção, que é o desrespeito que tem pelos valores de Abril, o qual é patente no seu discurso, e no que toca à proposta apresentada, afronta a honestidade intelectual de quem a redigiu. -----

Relativamente à intervenção do membro Paulo Vieira, centrada na moção sobre a tarifa social da água, disse entender a carga ideológica da mesma, e a posição do Bloco de Esquerda na defesa da água como bem público, para evitar monopólios, os quais, a seu ver, até não são bem vistos pela Iniciativa Liberal, no entanto, o citado teor ideológico esgota-se naquilo que é apresentado, porque o que o BE está a propor é que se aprove a implementação automática da tarifa social da água. Acrescentou que a remunicipalização deve ser debatida e a concessão reavaliada, no que tem de bom e mau, mas o que se discute é a implementação automática da tarifa social da água. -----

Concluindo, fez notar que os pressupostos, na posição do BE, suportam essa necessidade também pelos desequilíbrios que a concessão da água provocou no Município, mas que respeita a posição da IL.-----

O membro **João Cunha** (PSD) interveio e, começando por aludir aos votos de saudação ao 25 de Abril e do 1.º de Maio, informou que o grupo municipal do PSD os votará favoravelmente, assinalando que, por vezes, há uma apropriação dessas datas pela Esquerda. Independentemente disso, o PSD acredita que reforçar e relembrar os valores da liberdade, os valores do 25 de Abril, os direitos de trabalhadores, é bastante mais importante do que discussões políticas que não levam a lado nenhum e, não aportam, nenhum ganho para os presentes nem para os que assistem a esta sessão.-----

Quanto à moção relativa à tarifa social da água, disse que não se limitaria a dizer que o grupo municipal do PSD vai votar como sempre votou, mas quer



acrescentar, para que não pensem que existe alguma má-fé, má interpretação, ou não querer proteger os mais desfavorecidos, que não é isso que está em discussão, mas sim o procedimento e a forma de o fazer, comentando que é aí que o PSD discorda do proposto pelo BE, que traz consecutivamente este tema à Assembleia. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– Moção (BE): *“Atribuição automática da Tarifa Social da Água”* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, BE, IND: 1 – Carmino Bastos), 29 votos contra (PSD: 28, IND: 1 – Miguel Branco) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), rejeitar a moção em referência. -----

Entrou o membro Job Silva. -----

– Voto de Saudação (BE): *“Viva o 25 de Abril!”*-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, IND:1 – Carmino Bastos) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, IND:1 – Miguel Branco), aprovar o Voto de Saudação em referência. -----

– Voto de Saudação (BE): *“Ao 1.º de Maio”*-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, IND:1 – Carmino Bastos) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, IND:1 – Miguel Branco), aprovar o Voto de Saudação em referência. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Ângelo Santos. -----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que, quando esteve na inauguração da USF de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, verificou que os lugares de estacionamento para pessoas com deficiência possuem uma inclinação extremamente perigosa, sendo o processo da responsabilidade do Município, questionou o Executivo se já deu conta e se pensa corrigi-lo. -----

Questionou ainda se há algum contratempo na execução da reabilitação da Unidade de Saúde Familiar de Rio Meão, comentando que, apesar de estar planeada há muito, ainda não foi iniciada. -----

Concluindo, perguntou ainda qual o ponto de situação da Unidade de Saúde Familiar de Fiães/Sanguedo, se vai, ou não, estar finalizada até 2026. -----

O membro **Miguel Branco** (IND) interveio, começando por questionar qual o ponto de situação da construção do parque infantil no Europarque, que incluiria equipamentos adaptados para crianças com mobilidade reduzida, que foi prometido pelo vereador Mário Jorge.-----

Questionou também qual o ponto de situação dos telheiros, comentando que, até à data, não lhe foi fornecida informação a esse respeito. Fez notar que as pessoas continuam sem saber o que fazer, se a demolição vai avançar, ou não, acrescentando que dos 20 telheiros que que corem esse risco, existe um licenciado que, por acaso, pertence a um funcionário da autarquia, razão pela qual gostava de saber em que moldes foi legalizado. -----

Aludiu ainda à situação verificada na Rua dos Serralheiros, já abordada nesta Assembleia, em que na traseira de um prédio existem terras em risco de derrocada. Comentou que, há cerca de um ano, ano e meio, a Proteção Civil esteve no local, delimitou e colocou umas vergas de ferro e umas fitas, mas que, desde então, nada mais foi feito. Acrescentou ainda que têm sido reportadas algumas descargas ilegais naquele riacho, o que, para além de provocar um cheiro nauseabundo, suscita o aparecimento de roedores, questionando se a Câmara vai agir em relação a isso. -----



Usou da palavra o membro **Marco Gonçalves** (PS), que questionou o Executivo sobre qual o ponto de situação da pista de atletismo. Referiu que, há duas sessões desta Assembleia, foi dito que havia avanço do processo, entretanto, soube que se realizaram algumas reuniões com a Associação de Atletismo de Aveiro. Mencionou que o atletismo é um desporto que, no concelho, tem pouca ajuda, tem pouca infraestrutura, comentando que há clubes que até treinam no complexo do Europarque. Salientou que 30 a 40% dos atletas federados, são de Santa Maria da Feira, mas que têm de ir para Aveiro, para fazer provas em pista. -----

Disse que, além de questionar se a obra vai avançar ou não, pergunta como é que será feita a gestão desse equipamento, se através da empresa municipal ou diretamente pela Câmara. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que disse querer colocar uma questão, já antes colocada, que se prende com uma situação que abrange várias freguesias do Município, mais precisamente a Rua de São José, que vai de Santa Maria de Lamas até São João de Ver, que entronca, depois, com a Av. Dr. Francisco Sá Carneiro. Referiu que aconteceu ali mais um acidente, desta vez, não trágico, à semelhança de outros idênticos, questionando o que é que pode ser feito, a curto ou médio prazo, para evitar a sinistralidade existente naquela rua. -----

Disse saber que estão a ser feitos estudos para a rua, solicitando que se pense em tudo o que é preciso fazer de estrutural para que isso conste dos respetivos projetos. Salientou que, já passou tempo demais e já aconteceram desgraças demais no local, muito antes até de se ter feito a rotunda na zona de São João de Ver, sendo importante ter uma resposta para evitar essa sinistralidade. -----

Disse que outra questão prende-se com a listagem que foi para aprovação, no âmbito da habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), comentando que gostava de saber o que é que já está pronto. -----



Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que afirmou que, em dezembro, o Sr. Presidente da Câmara se tinha comprometido a resolver o caso do munícipe Herlander e que resolveu o problema do alargamento do passeio, mas que falta executar rampa. Recordou a urgência na resolução desta situação até porque o munícipe dorme no carro aquando das avarias do elevador.-----

De seguida, referiu que o PS teve conhecimento de que os CTT das Caldas de São Jorge vão encerrar, por não renovação do contrato com o estabelecimento que os albergava, pretendendo saber se se confirma o encerramento a 31 de maio, e o que fará a Câmara. -----

A sua outra questão diz respeito à praia fluvial da Mamoá, que perdeu a Bandeira Azul, perguntando qual o motivo dessa perda. -----

Por fim, disse querer questionar acerca do plano municipal de mobilidade sustentável e do plano municipal de acessibilidades, que foram apresentados pela Câmara com toda a pompa e circunstância. Mencionou que, até ao momento, apenas são conhecidas as cartas de diagnóstico, nomeadamente, os planos de mobilidade sustentável, questionando quando é que vai ser possível ter acesso aos planos de intervenção propriamente ditos e sublinhando a urgência dos mesmos. -----

Concluindo, questionou o que é feito do plano de acessibilidade que iria abranger todo o território, mas que se ficou apenas pela zona do centro da cidade de Santa Maria da Feira, na zona do Rossio. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que começou por questionar se já há data para a conclusão e discussão pública do PDM. -----

Referiu que outra questão diz respeito à eventual conclusão da obra da Rua São Martinho, em Argoncilhe, adjudicada em 2021, comentando que colocou a mesma questão aos órgãos da freguesia. -----

Concluindo, disse que o Sr. Presidente da Câmara, na última entrevista que concedeu, aludiu a 7 zonas industriais, pelo que questiona quais são as



freguesias contempladas e se já há algum estudo. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos. Assim, no que concerne à USF de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, informou que a situação reportada já se encontra identificada, que os lugares de mobilidade reduzida foram colocados de acordo com o exigido em termos legais, contudo, a orografia do terreno e a inclinação existente sugerem que sejam reavaliados. Acrescentou que a solução proposta pela USF e pelos serviços municipais aponta para uma relocalização, ligeiramente mais acima, mantendo um dos lugares atuais e criando um ou dois nessa parte superior. -----

Relativamente à USF de Rio Meão, informou que está em curso o processo de relocalização da unidade para um novo espaço que permita o seu funcionamento durante o período de execução das obras. Reconheceu que este processo enfrentou alguns obstáculos, nomeadamente, quanto ao local provisório, mas adiantou que o início das obras está para breve.-----

No que se refere à USF de Fiães/Sanguedo, deu nota que se encontra numa fase final de projeto, incluindo a revisão do projeto de execução, pelo que o concurso público para a construção da obra será lançado em breve. Indicou ainda que foram obtidos os pareceres das entidades externas, tendo o da Infraestruturas de Portugal sido o mais complexo por implicar a construção de uma nova rotunda à face da Estrada Nacional. Explicou que a Câmara assumiu essa responsabilidade na convicção de que os prazos serão cumpridos, porquanto, mesmo que não sejam atingidos os prazos fixados no âmbito do PRR, a obra sempre será executada porque a autarquia não a faz depender de fundos comunitários. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Miguel Branco, informou que o projeto do parque infantil no Europarque se encontra a ser elaborado pela Divisão de Estudos e Projetos para, após a conclusão do mesmo, ser



lançado o respetivo procedimento concursal.-----

Sobre os telheiros disse que, uma vez que a questão envolve matérias de licenciamento urbanístico, solicitaria a resposta à senhora vereadora responsável pelo pelouro. -----

No que respeita à Rua dos Serralheiros informou que se encontra em análise um projeto, em fase de licenciamento, que visa a continuidade da via em direção à antiga EB 2,3 Fernando Pessoa. -----

Relativamente aos problemas de infestação reportados referiu que será realizada uma desinfestação das duas ribeiras afetadas, a partir da próxima sexta-feira, afirmando ainda que está a ser averiguada a origem dos focos de poluição. -----

Em resposta aos temas abordados pelo membro Marco Gonçalves esclareceu que o projeto da pista de atletismo se encontra concluído e revisto, aguardando apenas o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).---

Alertou para a imprevisibilidade no tempo de emissão do citado parecer, reforçando que, logo que obtido, será lançado o procedimento concursal. ---

Quanto à opção a tomar para a gestão do equipamento, referiu que será municipal, por via do pelouro de desporto da Câmara Municipal ou da empresa Feira Viva, salientando que não foi iniciada qualquer discussão formal com a empresa municipal, a qual tem como principais responsabilidades, em termos de infraestruturas, a gestão de piscinas e um pavilhão próprio.-----

Prosseguindo, em relação às questões colocadas pela deputada municipal Alexandra Sousa, referiu que, quanto à Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, designada por Rua de São José na noutra freguesia e que atravessa parte da freguesia de Rio Meão, a Divisão de Estudos e Projetos está a desenvolver um projeto que visa a remodelação das infraestruturas subterrâneas e das estruturas aéreas de eletricidade. Explicou que o objetivo principal é prolongar a ciclovia que termina na rotunda da Lavandeira, ligando-a à zona do Brejo, em Santa Maria de Lamas, o que implica a remodelação total das



infraestruturas. -----

Esclareceu que o projeto se encontra ainda numa fase muito preliminar, tendo a citada Divisão assinalado a degradação significativa do piso, especialmente na zona do cruzamento da empresa conhecida por Cork Supply, onde se coloca também a questão de segurança rodoviária. Explicou que, como medida de curto prazo, foi aberto um procedimento para a reposição do piso, com o objetivo de melhorar as condições de circulação e segurança, e está prevista a instalação de lombas de redução de velocidade na zona. Referiu que, para o futuro, se estuda a possibilidade de implantação de uma rotunda no local, acrescentando que o concurso relativo a esta intervenção terminou há dias, pelo que espera, dentro de semanas, iniciar a implementação das medidas mitigadoras. -----

No âmbito do Programa 1.º Direito, comunicou que existem 23 ou 24 beneficiários diretos, que aguardam ainda a definição das candidaturas no quadro do PRR. Referiu que os atrasos têm sido significativos, havendo casos de pessoas que já realizaram as obras por conta própria, comentando que a maior preocupação manifestada prende-se com o facto de estas famílias ainda não terem recebido o reembolso devido. Salientou que o apelo das famílias tem sido no sentido de a Câmara exercer pressão junto do IHRU, de modo a agilizar os pagamentos diretos às pessoas, o que se tenta fazer junto dessa entidade. -----

Relativamente ao caso do munícipe Herlander, recordou que, conforme já havia sido mencionado em dezembro, se fez o alargamento do passeio, com o compromisso da construção de uma rampa de acesso. Acrescentou que a obra foi entregue a um empreiteiro, estando a autarquia a pressionar para o início imediato dos trabalhos, sublinhando que não se trata apenas de uma questão de execução técnica, mas sim de uma questão de dignidade. -----

Sobre a questão relativa aos CTT, disse ter tomado conhecimento da situação há pouco, tendo já contactado o presidente da junta de freguesia e constatado que os CTT não comunicaram essa decisão a nenhum órgão



autárquico. Sublinhou que esta discussão é antiga, os CTT atuam como empresa, mas que será encetado contacto com o responsável pelo serviço dos CTT com o intuito de compreender a situação e procurar uma solução alternativa que garanta a continuidade do serviço à população afetada. -----

Relativamente aos planos de mobilidade explicou que, nas intervenções novas, as coisas são feitas de raiz e de forma correta, e, nas restantes, têm são feitas correções, reconhecendo que é preciso intervir de modo mais musculado e robusto com base nos planos. Sublinhou que, atualmente, o trabalho é executado em colaboração direta entre a Câmara e as juntas de freguesia, por via de protocolos, com intervenções como a construção de passeios e o rebaixamento de guias. No entanto, e dada a dimensão do território, a resolução definitiva da situação será, naturalmente, morosa, mas é necessária.-----

Sobre o Plano Diretor Municipal (PDM), informou que o mesmo segue os trâmites legais, encontrando-se atualmente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Alertou, contudo, que os governos têm vindo a alterar sistematicamente as suas posições e os prazos, o que condiciona a evolução do processo, dado que o procedimento depende, também, da capacidade de resposta da CCDR. -----

Quanto à situação na Rua de São Martinho, em Argoncilhe, esclareceu que subsiste um problema relacionado com um armazém existente num dos prédios, objeto de acordo com o Município. Explicou que, segundo os técnicos responsáveis pela análise do projeto, a construção do talude implicará a demolição do referido armazém, pois, a sua integridade estrutural ficaria comprometida. Informou que decorrem conversações com o proprietário para alcançar um acordo de ressarcimento, sendo este o fator que está a impedir o arranque da empreitada. Assinalou que, aquando da elaboração do projeto, não foi tida em conta a existência daquela construção, tendo o proprietário alertado para tal, o que foi confirmado pelos engenheiros.-----



No que respeita às zonas industriais, concretamente a de Argoncilhe, indicou que está a ser preparado um projeto de execução que visa a ligação da zona industrial do Fundão (Mozelos) à EN1, entrando depois na confluência com a zona da CINCA, ressaltando que o objetivo será criar um eixo rodoviário central mais forte e robusto. Relativamente às restantes zonas industriais do concelho, referiu que existe um plano de recuperação progressiva, sendo expectável que, em momento oportuno, também venham a ser intervencionadas em três ou quatro freguesias.-----

No que se refere à praia fluvial da Mamoá, informou que, apesar de ter sido atribuída a Bandeira Azul nos últimos anos, este ano tal distinção não foi possível devido à análise desfavorável da qualidade da água realizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, no início de julho de 2024, a qual inviabilizou a obtenção da classificação de “excelente”, necessária à atribuição do galardão. Disse que a classificação obtida foi de “boa”, o que, segundo garantiu, não compromete a utilização balnear da praia, que se encontra em perfeitas condições de segurança e salubridade. -----

Esclareceu ainda que será emitida uma declaração conjunta, entre a Câmara Municipal e a Associação Bandeira Azul, atestando a segurança e qualidade da água, e que todas as análises serão disponibilizadas para consulta da população. -----

Anunciou que, em 2025, a Câmara duplicará o número de análises realizadas em relação ao ano anterior, sendo que a empresa Indaqua fará o mesmo, com o objetivo de quadruplicar o número de análises, garantindo uma monitorização mais rigorosa da qualidade da água, e, desse modo, contrabalançar alguma análise negativa que possa surgir. -----

Concluindo, disse que a intenção será assegurar o retorno à atribuição da Bandeira Azul em 2026, reforçando que, embora lamente este revés, a praia está em plenas condições de funcionamento, reforçando que essa foi a sua primeira preocupação, ou seja, garantir que a população pode continuar a usufruir da praia fluvial em segurança. -----



Entrou o membro Carlos Seixas.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Ata N.º 24 – Sessão Ordinária de 21 de fevereiro de 2025-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 40 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Ana Lamas, Rodolfo Castro, Susana Correia, Lia Ferreira, Job Silva, Paulo Vieira, Pedro Martins, Sara Portal, Vera Silva e Fernando Pinho.-----

Entrou o membro André Rocha.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 6404, em 23/04/2025, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao II Relatório de 2025, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse ter duas questões a colocar, a primeira relacionada com o mapa de Investimentos por Grupos de Classificação Económica, o quadro III. Referiu que no mesmo consta a rubrica “Outros”, na qual prevalece o maior volume em termos de valor, dizendo entender que fazia sentido estratificar mais essa rubrica, para



se saber melhor do que se trata.-----

Relativamente à listagem de contratos de empreitadas, disse nela constarem dois procedimentos respeitantes à candidatura do “Bairro Comercial Digital – Vai-me à loja”, designadamente o desenvolvimento do website e a implementação da estratégia de comunicação, o que destaca a importância e excelência deste projeto, mas também desperta a curiosidade sobre o estado atual do projeto. -----

Referiu que o que destaca do mesmo é a sua apresentação e o passeio do Secretário de Estado da Economia com o Sr. Presidente de Câmara, mas nada mais sobre o mesmo, como em que fase se encontra, qual o tempo para a sua conclusão, e se já há alguma avaliação do impacto.-----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou os aludidos esclarecimentos à Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a qual começou por referir que a rubrica “Outros” aparecia sempre naquele formato e que, eventualmente, num próximo relatório, tentaria discriminar melhor essa rubrica. Explicou que tal estava relacionado com obras em execução no domínio público, tais como, estradas, requalificações, e correspondente classificação económica efetuada. -----

Indicou que, nesse quadro III, na rúbrica respeitante à Habitação, o valor que surge até é residual, uma vez que não entram nela determinados investimentos como se poderia supor que entrassem. Reiterou, assim, que essa situação resulta da classificação e subdivisão feitas, e afirmou que poderia, num próximo relatório, tentar dividir melhor a rúbrica “Outros”, pois compreende a dificuldade de quem analisa os dados.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que, relativamente ao Bairro Digital, também tinha participado no passeio o Presidente da Associação Empresarial da Feira (AEF), entidade parceira da autarquia neste projeto.



Acrescentou que, no momento, já se encontrava aberto o concurso para a aquisição e instalação de equipamentos do centro de informação digital, no âmbito da candidatura. Esclareceu que todos os pontos estavam a ser operacionalizados com a colaboração da AEF, prevendo-se que o concurso termine a 6 de maio e que, a partir daí, o projeto começaria a ter visibilidade no terreno. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência. -----

Entraram os membros Maximino Costa e Armando Teixeira. -----

3 – Documentos de Prestação de Contas do Município – 2024 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: “A Iniciativa Liberal de Santa Maria da Feira começa por reconhecer o esforço da Câmara Municipal na redução da dívida, no cumprimento do equilíbrio orçamental e na gestão responsável dos recursos financeiros do Município. Há sinais positivos de estabilidade orçamental e capacidade de pagamento, que devem ser valorizados. -----

Contudo, e como a Iniciativa Liberal tem vindo a alertar de forma consistente nos últimos anos, não basta apresentar bons saldos e taxas de execução da receita. A boa gestão pública não se mede apenas em números positivos no final do ano – mede-se na transformação da vida dos munícipes, na



qualidade dos serviços prestados e na coragem de devolver a liberdade de escolha e rendimento às pessoas. -----

E se a palavra-chave do relatório anterior foi "continuidade", com a manutenção do que está bem e a repetição do que está mal, infelizmente este novo relatório confirma o padrão. Uma vez mais, deparamo-nos com:-----

- Um saldo orçamental acumulado que continua a crescer, mas que não tem sido canalizado para a descida efetiva da carga fiscal local. Se o Município tem excedentes, porque não aliviar a fatura do IMI ou da Derrama para as famílias e empresas? O IMI cobrado aumentou cerca de 1 milhão de euros nos últimos três anos, representando um esforço cada vez maior para as famílias do concelho.-----

- Uma execução da despesa ainda abaixo de 66%, ligeiramente superior ao ano anterior, mas ainda assim longe do desejável. Isto reforça a perceção de um planeamento orçamental pouco realista e de baixa capacidade de execução. -----

- A ausência de metas claras e de indicadores de desempenho por área. Continuamos sem saber, por exemplo, qual o tempo médio de resposta aos munícipes em processos urbanísticos ou qual o grau de satisfação com os serviços prestados. -----

- Um aumento continuado das despesas correntes, especialmente com pessoal, que ultrapassa agora os 40 milhões de euros – mais 8 milhões do que há apenas três anos. Este crescimento não é acompanhado por uma perceção clara de melhoria da qualidade dos serviços municipais. -----

- Uma aposta tímida na descentralização e empoderamento das Juntas de Freguesia, que continuam a receber uma fração mínima do orçamento do Município, apesar das crescentes responsabilidades.-----

- A ausência de visão estratégica para mobilidade, modernização administrativa, habitação e transição digital – temas que a Iniciativa Liberal tem vindo a sublinhar como estruturantes. -----

É certo que o relatório documenta iniciativas e ações desenvolvidas. Mas



continuamos sem perceber o seu verdadeiro impacto na qualidade de vida dos feirenses. Quantas foram apenas intenções? Quantas resultaram em soluções concretas? Quantas responderam aos desafios reais do concelho, como a mobilidade interna, o envelhecimento da população, a fuga de jovens qualificados ou a necessidade de atrair investimento sustentável?-----

A Iniciativa Liberal propõe mais ambição, mais transparência e mais foco no cidadão. -----

Defendemos:-----

- A criação e publicação de indicadores de performance, claros por área de atuação municipal;-----

- Um plano sério de transição digital e desmaterialização de processos; -----

- A redução progressiva do IMI e da Derrama, à luz dos excedentes registados; -----

- Um orçamento participativo verdadeiramente descentralizado, com impacto real nas freguesias; -----

- E incentivos à inovação social e tecnológica local. -----

Senhor Presidente, -----

A Iniciativa Liberal acredita numa gestão centrada no cidadão e não no aparelho. -----

Acreditamos que os recursos públicos devem ser devolvidos à sociedade sob a forma de liberdade de escolha, qualidade de serviço e eficiência. Este relatório, ainda que positivo do ponto de vista financeiro, continua aquém desta visão. -----

Reafirmamos, por isso, a posição clara da Iniciativa Liberal: o que falta à gestão municipal de Santa Maria da Feira não é saldo, é visão.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que o relatório de gestão de 2024 confirma uma política de continuidade, sustentada por um município com contas sólidas e capacidade de investimento, acrescentando que Santa Maria da Feira se mantém como um dos grandes municípios do



país, dos mais exportadores, com uma faixa territorial urbana bastante significativa. Contudo, salientou que mais um ano passou e as grandes necessidades estruturais do Concelho continuam por resolver, como as carências nas áreas da mobilidade, habitação e educação, que estão claramente sinalizadas. -----

Realçou que o diagnóstico está feito há muito, mas que faltam as decisões políticas eficazes, que transformem essas necessidades em respostas concretas e visíveis. Frisou que é tempo de agir com mais ambição e com visão de futuro. -----

Concluindo, fez notar que Santa Maria da Feira tem um enorme potencial de crescimento, mas cabe aos responsáveis políticos transformar esse potencial num processo de real benefício para todos os feirenses. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse não ser surpresa para ninguém que o BE votará contra os documentos de prestação de contas apresentados, não porque acha que são imprecisos, mas sim porque personificam uma ação política e executiva que valorizou muito pouco o investimento e a defesa dos serviços públicos, não promoveu uma verdadeira justiça social nem promoveu o desenvolvimento sustentável do concelho.---
Disse, assim, que iria centrar a sua análise na problemática da habitação, por considerar tratar-se de uma problemática central, salientando que a descrição detalhada, no que toca ao relatório de gestão, da divisão de habitação municipal integrada nas estatísticas do INE, mostra uma causalidade que é de muito improvável negação. -----

Referiu que o aumento galopante dos custos de habitação, tanto para aquisição como para arrendamento, correspondem à abertura de 160 novos processos de procura habitacional e uma reabertura de 35 antigos. Comentou que, tal como se apresenta, fica-lhe a dúvida se estes 195 processos são o número total de processos ativos, na presente data, ou se são aqueles novos de 2024, que somam aos que não ficaram resolvidos nos



anos transatos, solicitando esse esclarecimento. -----

Disse que, não obstante, o ritmo de novos processos ser muito superior ao ritmo das respostas que são dadas, arrisca-se a dizer que as respostas com soluções habitacionais representaram cerca de 10% do total de novos pedidos, o que é muito pouco.-----

Realçou que avaliar este relatório de gestão, no que concerne à habitação, tem de ser integrado na ação executiva de todo o mandato, pois a habitação foi definida como a grande prioridade deste executivo. -----

Deu nota que esta Assembleia, em todos os quadrantes políticos, da Esquerda à Direita, teve vozes preocupadas e agilizadoras das soluções que foram sendo apresentadas, desde a aprovação da revisão da Estratégia Local de Habitação (ELH), passando pelo voto favorável dado aos sucessivos concursos para aquisições ao mercado, apelando a que o executivo o faça bem e rápido.-----

Aludindo à emergência habitacional, disse que, cinco anos depois da aprovação da ELH, não há projetos, há reuniões técnicas e candidaturas a fundos, correndo-se o sério risco de inexecução. -----

Disse ainda que existem opções políticas incompreensíveis no âmbito das respostas municipais, dando nota que o Plano Plurianual de Investimentos, em 2024, por exemplo, foi de apenas 5.000 € para o Programa Municipal de Arrendamento Acessível, o que é muito pouco face à dimensão do problema da habitação e à população abrangida.-----

Referiu também ser muito preocupante a elevada dependência do Município do financiamento externo, tanto do PRR como do IHRU, para executar a Estratégia Local de Habitação, o que levanta dúvidas sobre a viabilidade real da execução financeira e técnica, sobretudo se houver atrasos nos fundos europeus ou dificuldades na contratualização de empreitadas.-----

Questionou, neste contexto, em que data surgirá o primeiro projeto habitacional concluído no âmbito destas candidaturas e financiamentos.

Perguntou ainda, face aos óbvios constrangimentos e às reais necessidades,



que medidas considera o Sr. Presidente da Câmara necessárias implementar para mitigar os efeitos negativos do aumento do custo da habitação. -----
Recordou que o BE fez propostas muito claras para, por exemplo, aumentar a disponibilidade de habitação a custos controlados, que poderiam passar pela reserva de uma percentagem de novos fogos licenciados para o mercado de arrendamento acessível, questionando o Sr. Presidente se considera estudar e debater a esta e outras propostas que esta Assembleia apresente, para ajudar a resolver o problema da habitação. -----
Salientou que se o Município apresenta um panorama negativo na habitação e que continua com baixos investimentos em áreas cruciais para a promoção da justiça social. Referiu que o Município tem de fazer mais na saúde, na cultura, no desporto, ressaltando que a rede de transportes continua deficitária e não responde às necessidades dos feirenses, sendo necessária uma solução transformadora deste serviço tão fundamental para o desenvolvimento do Concelho. -----
Mencionou que os salários continuam bastante abaixo da mediana nacional, que os apoios sociais são insuficientes, que continuam os problemas em algumas unidades de saúde, reforçando que o investimento em cultura e desporto é muito baixo, assim como em proteção ambiental. -----
Assinalou problemas na recolha de resíduos, salientando que a recolha de óleos alimentares usados vem caindo, porquanto, apesar do aumento verificado em 2023, em 2024, houve nova diminuição na quantidade recolhida, face a anos anteriores. Realçou não ser uma situação esporádica, mas sim uma tendência que se arrasta desde 2012, pelo que pergunta quias as causas subjacentes e o que foi feito, em concreto, para inverter esta tendência. -----
Reforçou que este baixo investimento, em áreas inegavelmente prioritárias, é assumido em sede de orçamento, mas também na baixa execução destas rúbricas, quer ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, quer ao nível da percentagem de execução orçamental no Plano das Atividades mais



relevantes, em 2024. Salientou que, ao nível da água, o baixo investimento estratégico levou a uma concessão que explora os feirenses, focando que é dever do Executivo defender os interesses dos feirenses, apostando numa maior proximidade Indaqua e com o seu funcionamento.-----
Concluindo a sua intervenção disse que ninguém, nesta Assembleia, acredita no conto de fadas da gestão perfeita, mas também é da opinião que o serviço da causa pública é o serviço da resolução de problemas comuns, e o primeiro passo para resolver um problema, é reconhecer que ele existe. Afirmou que o BE está disponível para discutir os problemas e para apresentar soluções, assim o Executivo as queira ouvir, para se ter um concelho mais justo e mais ecológico para todos.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Esta é a segunda parte de uma discussão que já tinha sido iniciada em janeiro passado. Na altura, tinha tido oportunidade de dizer que nos estávamos a deparar com um cenário, do ponto de vista estritamente financeiro, que não era o mais agradável, e apresentava até um cenário pouco dantesco, e isso coincidia, em certa medida com a chegada do senhor Presidente à chefia do Executivo, e tudo isto era factos. -----

O Sr. Presidente sentiu necessidade de responder a essa situação e apresentou um conjunto de razões que, em abono da verdade, foram completamente ao lado, porque neste documento nós conseguimos perceber que aquilo que aconteceu foram um conjunto de razões de carácter excepcional e que ajudam a explicar, em grande medida, aquilo que aconteceu e o facto de termos em 2024 um resultado que não é tão interessante como existia em outros anos.-----

Portanto, o Sr. Presidente não estava bem informado, e tem de se informar melhor. -----

Outro ponto, logo no início, e é uma mera sugestão, nós temos dois conceitos



neste relatório, neste e nos outros, que são o conceito “dívida” e o conceito “endividamento” que podem gerar confusão. Eles estão certos, as duas palavras, elas até têm a mesma raiz, mas podem gerar confusão. Dívida, neste caso, é entendido como o passivo, e o endividamento, neste caso, é entendido como os empréstimos bancários. -----

Mas, eles têm valores diferentes. A dívida cai 5,9 milhões, o endividamento cai 3,8 milhões. E quem estiver a ler e não estiver familiarizado com estes assuntos e com estes termos, pode ser induzido em erro. Se fosse possível substituir o termo “dívida” por obrigações ou responsabilidades perante terceiros, talvez fosse positivo, porque poderia reduzir a probabilidade de as pessoas serem induzidas em erro. -----

E vamos, então, ao que interessa. Este documento é um documento sobre o qual nós temos que formar um juízo de valor, temos que formar uma avaliação, e, para tal, formámo-la com base em informação. E é sobre a informação que eu lhe quero falar. Ao longo do documento, e o Sr. Presidente há pouco acabou de o fazer, é invocada várias vezes a delegação de competências como sendo um problema para o município. A delegação de competências está a ser apresentada como um argumento que tem as costas largas para ajudar a explicar o facto de estarmos a ter uma situação financeira que não é tão confortável como era. -----

E isto é importante ser dito, porque nós temos de acreditar naquilo que diz e, acima de tudo, temos de acreditar que sabe o que diz. No entanto, nós, nas páginas 38 e 39 do documento, temos informação que parece contradizer aquilo que acabou de afirmar ainda há pouco, porque é lá dito que temos as receitas e as despesas decorrentes da delegação de competências e, analisando, conseguimos constatar que, na Educação, ganhamos 1 milhão de euros, perdemos 79 mil euros na Ação Social, ganhámos 694 mil euros na Saúde, ganhámos 98 mil euros em contraordenações, e perdemos 258 mil euros na Cultura. Portanto, decorrente da delegação de competências, tivemos um saldo entre receitas e

despesas superior a 1,5 milhões de euros. No entanto, o Sr. Presidente diz-nos que estamos a perder. Mas, afinal, no que é que ficamos? Em quem é que podemos confiar?-----

A situação retratada neste documento demonstra explicitamente um ponto de viragem, e esse ponto de viragem pode ser apresentado basicamente em 3 indicadores. Em 1.º lugar, as nossas receitas próprias parecem ter atingido um ponto de estagnação, já não dá para espremer mais, ao nível do IMI, do IMT e da derrama a coisa parece estar a atingir um pico. Em 2.º lugar, nós temos um orçamento que, pelo menos há 2 anos a esta parte, vai crescendo à boleia das transferências do Orçamento de Estado, ou seja, pela via da delegação de competências, o que quer dizer que a nossa autonomia financeira começa a ser menor. E, em 3.º lugar, o saldo corrente cai de forma abrupta.-----

Vejamos o seguinte, se nós atingimos uma arrecadação de receitas que parece estar a atingir o máximo, e se temos um saldo corrente que está em queda, isto só querer dizer uma coisa, é que estamos a gastar a um ritmo superior àquilo que arrecadamos. E eu vou tentar explicar a importância disto, porque isto não é apenas um número.-----

Nós, em 2021, tínhamos um saldo corrente de 23,7 milhões de euros, em 2024 temos um saldo corrente de 12,8 milhões. Portanto, temos um saldo corrente que caiu 11 milhões de euros por ano. O que isto quer dizer é que nós, em 2021, libertávamos 23 milhões de euros para amortizar dívida e para realizar investimento, no entanto, em 2024 só estamos a libertar cerca de 12. Esta diferença de 11 milhões de euros/ano é o equivalente a 3 piscinas de Canedo por ano. Esta é a grandeza do problema que temos diante de nós e nas nossas mãos, neste preciso momento. E se esta tendência não for invertida, muitas promessas vão ficar por cumprir. Escrevam isto que vos estou a dizer.-----

E antes que o Sr. Presidente apresente a história do saldo de gerência, porque o Paulo Vieira, da IL, disse que o saldo de gerência está a crescer



constantemente. Não está. Ele já caiu no ano passado. E antes de invocar outra vez essa história, vou-lhe tentar apresentar isto de outra forma, porque nós temos problemas bons e temos problemas maus. Imagine o problema bom como sendo aquele problema do treinador que tem 2 bons pontas esquerdas para uma determinada posição, mas ele só pode ter um. Isso é um problema bom. E esse era o problema que você tinha, porque tinha o saldo de gerência a crescer muito, e o que nós lhe dizíamos era “você pode aproveitar isto para abater a dívida mais depressa, ou criar um fundo de investimento para resolver problemas estruturais do nosso município”. Entretanto, passou a ter um problema mau, porque o saldo de gerência cai, mas não cai por estes motivos que eu lhe invoquei. Cai pelos piores motivos. Mas, então, o que é que está a justificar esta sangria de recursos? -----
Senhor Presidente, não me parece que seja a delegação de competências, não me parece que sejam os custos salariais, não é o gasóleo, não é a gasolina, nem sequer são as obras, porque já agora importa dizer que as despesas de capital, portanto, as obras, o valor executado em 2024 é o mais baixo dos últimos 4 anos. Portanto, também não é isso. Aquilo que me parece estar a justificar a queda abrupta deste saldo corrente, resume-se a um único ponto, pelo menos a metade, a um único ponto, que é o acesso ao aterro sanitário de Canedo. Ponto. O problema é este. -----
Nós tínhamos, para aceder ao aterro sanitário de Canedo, em 2021, um custo, e passados 3 anos, para o mesmo serviço, pagamos mais 4 milhões de euros. Portanto, uma parte grande do problema está aqui, e não vale a pena apontar o dedo à ERSAR, porque a responsabilidade da resolução deste problema é nossa. E, já na devida altura, nós aqui tínhamos dito que os municípios que forem capazes de reciclar uma parte maior dos seus resíduos vão-se tornar mais competitivos. Está-se a ver a razão, agora. Nada foi feito. O Sr. Presidente podia ter pago para ajudar as pessoas a reciclar, não o quis fazer, agora paga para depositar os resíduos em aterro. São opções que não me parecem as mais corretas. -----



Também salientar que o problema está a ser empurrado para a frente. A ERSAR recomendava algo que o Sr. Presidente decidiu não seguir, e decidiu fazê-lo por sua própria conta e risco, provavelmente para se proteger politicamente e para proteger a Indaqua, porque o custo iria estar na fatura da água, no entanto, Sr. Presidente, isto não é sustentável, não é sustentável e vai ter que ser resolvido. -----

Eu quero aproveitar ainda para falar de dois pontos adicionais que estão no relatório e que não estavam em anos transatos. E aproveito para vos elogiar sobre isso, porque é um exercício de transparência. Que é o seguinte. Eu, a dada altura, vi uma discriminação dos custos com a iluminação pública, por freguesia. E, nos mapas que lá estavam, falavam do custo por kilowatt/hora. E fiquei um pouco perplexo, quando me apercebi que os custos por kilowatt/hora variavam de freguesia para freguesia. E variavam muito, porque nós tínhamos, por exemplo, em Romariz, um custo de 49 cêntimos por kilowatt/hora, e tínhamos em Rio Meão um custo de 99 cêntimos por kilowatt/hora, quase o dobro. Primeiro, fiquei perplexo com os valores, porque imaginava que não fossem tão elevados, e, depois, com a diferença entre freguesias. Qual é a explicação para que o custo por kilowatt/hora seja diferente de freguesia para freguesia? E porque é que é tão elevado? Confesso aqui a minha ignorância, desconhecia que fosse possível pagar duas vezes e meia mais do que aquilo que nós pagamos em casa.-----

Por outro lado, também lhe quero perguntar sobre as Unidades Locais de Saúde, porque também temos lá um mapa, muito interessante, que nos apresenta os custos que o Município tem, o número de utentes e o custo por utente. E há ali qualquer coisa que também não bate certo. Não é nos números, é qualquer coisa que não bate certo na gestão daquilo. Por exemplo, nós temos a Unidade Local de Saúde de Argoncilhe, que terá cerca de 8 mil utentes, que tem um custo total de 230 e tal mil euros, e temos, portanto, um custo por utente de 26 euros e tal.-----

Mas, por outro lado, temos em Fiães um custo global de cerca de 70 mil



euros, mais de 10 mil utentes, e, portanto, um custo por utente na casa dos 6/7 euros. Ora, não é possível estarem as duas certas ao mesmo tempo, ou está uma ou está outra, ou uma está sobredimensionada, ou as outras estão sobredimensionadas. -----

E, portanto, era tentar perceber qual é a razão objetiva para que isto seja exatamente assim.” -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vivemos, em 2024, um ano particularmente exigente, fortemente condicionado por uma conjuntura económica internacional e nacional instável, e pela continuação de uma complexa transferência de competências da administração central para o poder local, designadamente e em particular com grande peso nas áreas da Saúde e da Educação. Que acarretaram, como devem imaginar, antes de entrar na parte mais técnica do relatório, um aumento da despesa corrente, que teve, como foi mencionado, um impacto claro no aumento das despesas correntes e que também teve um impacto no saldo corrente. Aliás, esta transferência de competências, temos de perceber que têm um impacto direto e indireto nas contas do município. -----

Ora se, por um lado, há uma determinada transferência de competências que implica um determinado número de trabalhadores, por exemplo, a verdade é que há um conjunto de despesas adicionais, quer na área da saúde quer na área da educação, que não estão contempladas pelo Governo central e que o município acaba por ter de assumir, pequenas obras de benfeitoria, parques automóveis, a necessidade de, se calhar, contratar mais assistentes operacionais e técnicos do que tinham anteriormente. -----

Porque a verdade, como o Sr. Presidente da Câmara mencionou e bem, a exigência com a passagem para o município é cada vez maior. Também dos partidos da oposição é cada vez maior e, portanto, quando era do Governo central, a exigência era uma, em particular do anterior Governo. Agora que



é da Câmara Municipal, a exigência também é superior. E, portanto, isso implica efetivamente um aumento da despesa que tem consequências óbvias, no saldo corrente. Neste contexto, da conjuntura nacional e desta transferência de competências, o município não vacilou. Antes, reforçou a sua identidade de território coeso, bem gerido e voltado para as pessoas. --- A atuação do Município baseou-se em 3 pilares: rigor na gestão, responsabilidade nas decisões e proximidade à população.-----

Do ponto de vista financeiro, gostaria de destacar aqui alguns números que falam por si. A dívida global foi reduzida em 5,9 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 25,26% face ao ano anterior. E isto ao mesmo tempo que não se recorre a novos empréstimos de curto, médio ou longo prazo, uma prova inequívoca da sustentabilidade do modelo de governação. O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 8 dias, apenas 8 dias, um sinal de responsabilidade, de solvência e de respeito pelos nossos compromissos. -----

A taxa de execução da receita, como já foi mencionada, é de 98,73% e da despesa 65,11%, espelhando um equilíbrio entre a eficácia na arrecadação das despesas e prudência na execução das receitas.-----

Temos uma poupança corrente, ou seja, um saldo corrente superavitário de 12,8 milhões de euros, mesmo num ano, como foi mencionado pelos partidos da oposição, com aumentos de encargos com pessoal e de serviços que se deve sobretudo à delegação de competências, o que continua a permitir à Câmara Municipal investir sem recorrer a financiamento externo e sem recorrer a dívida ou endividamento. Um património líquido que representa 95,7% do total do ativo, demonstrando uma autonomia financeira sólida e sustentável.-----

Estes números não surgem por acaso. São o resultado de um planeamento estratégico, uma execução orçamental rigorosa e uma governação centrada na eficiência. Estes indicadores, aliados ao cumprimento pleno dos critérios do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, segundo o qual a receita corrente



tem de cobrir integralmente a despesa corrente e as amortizações, confirmam que o município de Santa Maria da Feira é um exemplo nacional de gestão responsável e sustentável. -----

Mas, a gestão pública e a gestão da Câmara Municipal não se mede, apenas, nos rácios. Mede-se pelas vidas que toca, pelas obras que cria e transforma, pelas oportunidades que cria. E, em 2024, a Câmara Municipal investiu. Concluiu 3 novas Unidades de Saúde Familiar, em Canedo, Milheirós de Poiães e São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, e iniciou, como o Presidente já mencionou, a de Romariz e a de Fiães. -----

Finalizou a piscina municipal de Canedo e lançou aulas gratuitas de natação para todos os alunos do 4.º ano. Atribuiu 1 milhão de euros às associações desportivas para modernização de instalações, e 200 mil euros a cada uma das 3 corporações de bombeiros do concelho. -----

Aumentou em 40% as transferências para as juntas de freguesia, garantindo maior descentralização, equidade territorial e capacidade de resposta local. Continua a reforçar a sua atratividade empresarial. Em 2024, grandes multinacionais, como a Forvia e a Lufthansa Technik, escolheram Santa Maria da Feira para investir. Teremos oportunidade de falar um pouco mais sobre a Lufthansa no ponto mais à frente, mas este investimento representa não apenas um investimento do ponto de vista financeiro, mas um novo paradigma de criação de emprego qualificado e valorização do território. ----

Simultaneamente, o Europarque consolidou-se como odre nacional de eventos empresariais, acolhendo iniciativas que ligam conhecimento, inovação e desenvolvimento económico. Já para não falar de avanços nas obras do túnel da Cruz e do tribunal, ou pelo menos dos processos destas obras, obras que são da responsabilidade do Estado central. -----

Nada disto seria possível sem uma política clara, convicta e ambiciosa. Santa Maria da Feira apresenta contas certas, obra feita e futuro assegurado. E fê-lo, e fá-lo, sem sobrecarregar os municípios, sem aumentar impostos e sem recorrer a dívida. -----



Há problemas por ainda resolver, certamente que há, como por exemplo na área da habitação, que é um problema comum a todo o país. Mas a escolha pública também implica fazer escolhas, não se consegue resolver tudo, em todos os momentos. E fazer essas escolhas com prudência. E, portanto, a política da Câmara Municipal é uma política de escolhas exigentes, mas justas, de prudência com visão, de proximidade com ambição. -----

Senhoras e senhores deputados, o que a Câmara Municipal apresenta aqui é mais do que um relatório de gestão. É uma validação de um modelo autárquico eficaz, transparente, sustentado em evidência, e profundamente comprometido com as pessoas e com o futuro. -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira demonstra, ano após ano, que é possível governar com responsabilidade e com resultados, com contas equilibradas e políticas transformadoras, com visão estratégica e execução competente.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar nota que todas as intervenções feitas, incluindo a do PS, apontam para uma gestão dos recursos financeiros responsável, com as contas municipais robustas e sólidas, espelham os documentos a posição orçamental da Câmara. -----

Relativamente ao membro Paulo Vieira, da IL, referiu que este expressou uma opinião política na primeira parte da intervenção, relativamente à Câmara Municipal e à sua gestão, e, depois disso, lançou aquilo que considerava ser um programa futuro da IL, caso viesse a governar uma câmara municipal ou uma junta de freguesia, revelando a respetiva visão partidária. Considera, no entanto, que em Santa Maria da Feira, essa visão é de difícil distinção uma vez que o PSD abrange grande parte do espectro ideológico da IL, do que é reflexo a gestão camarária, pelo que será difícil para a IL apresentar ideias diferentes das que a Câmara já implementa. ----

Sobre a afirmação do membro Paulo Vieira de que não falta saldo, mas sim visão, contrapôs, dizendo que a Câmara tem, de facto, uma visão, que



poderia é não coincidir com a da IL. -----

Referiu que se fala muito em métricas, mas que as pessoas as sentem no dia a dia, e, sobre a ausência de metas e tempos de resposta, informou que esses dados estão descritos no relatório, o qual elenca os tempos e o trabalho desenvolvido pelas unidades orgânicas. -----

Reforçou que existe, de forma clara, uma visão estratégica para o Município, ainda que se possa discordar dela, e que existe de tal ordem que leva mais pessoas a vir viver e estudar para Santa Maria da Feira, assim como se instalam empresas nacionais e internacionais. Assinalou que tal não acontece em locais onde não haja visão estratégica, ou um cuidado com um conjunto de fatores que levam à escolha de um município, como Santa Maria da Feira, em detrimento de outros. Afirmou que não há dúvidas quanto a isso, frisando que o Concelho não está a definhir, mas sim em crescimento, enfrentando problemas típicos de um território que cresce com dinamismo e solidez. -----

Referiu que o membro Ângelo Santos, do CDS-PP, também aludiu às contas sólidas da Câmara e à política de continuidade, como se fosse algo negativo. Defendeu que se está no rumo certo, assumiram-se as medidas definidas para mandato e a respetiva sua execução representa estabilidade e compromisso. Afirmou que se alguns preferem chamar a isso continuidade, ele prefere chamar-lhe compromisso com as promessas feitas, acrescentando que se há uma equipa que iniciou funções há três anos e meio e que se aproxima do final do mandato, é natural, que conclua as propostas então apresentadas. -----

Sobre as palavras proferidas pelo membro Tiago Paiva, do BE, assinala que o mesmo também apontou a precisão dos documentos e das contas, cerne da análise em curso, comentando ser o terceiro partido da oposição a registar esse dado. Disse compreender e aceitar que o BE coloque a política de habitação na agenda, sendo essa uma prioridade nacional do partido, que depois é transportada para os municípios. -----



Reiterou que existiam 160 novos casos identificados de carência de habitação social, acrescidos de 35 que vinham do ano anterior, segundo o que resulta da leitura do relatório. Sublinhou que o problema da habitação não é exclusivo deste município, sendo um problema nacional e europeu, que exige múltiplas respostas. -----

Referiu que alguns partidos só agora teriam descoberto a habitação a custos controlados, mas que o Município já investia nessa área há 20 anos, contando com três empreendimentos desse tipo, numa altura em que alguns partidos, agora defensores da causa, eram contra. -----

Informou que o Município tem candidaturas na ordem dos 75 milhões de euros e que todos conhecem os moldes de financiamento do PRR, que pode passar pelo suporte de financiamento a 100%, 85% ou 65%. -----

Explicou que as prioridades definidas são muito concretas, e passam pela requalificação de sete empreendimentos de habitação social, no âmbito do programa 1.º Direito, cujo projeto de execução está na fase final, para posterior abertura de concurso. Referiu também um segundo conjunto de sete empreendimentos a custos controlados, em fase de estudo prévio, destinados a rendas acessíveis e com alojamento para cerca de 1020 pessoas. Disse ainda que assim que for aberto o concurso para a recuperação das habitações sociais, no âmbito do programa 1.º Direito, será feito o projeto de execução destas habitações a custos controlados. -----

Quanto ao financiamento, afirmou que o Município vai tentar obter a maior percentagem possível, começando por tentar a 100%, depois a 85% e a 65%, de modo a realizar tudo aquilo que tem previsto. Reconheceu os desafios resultantes da elevada procura por projetistas e da escassez de concorrentes em concursos públicos, dado o elevado volume de investimento público em curso a nível nacional, inclusive na habitação, crendo que o Município terá a necessária capacidade financeira. -----

Sublinhou que o Município não acredita só na parte pública, e por isso é que diz que há um espaço ideológico da IL que a Câmara ocupa, pois também



confia que o mercado se vai autorregular. Apontou que essa confiança tinha trazido empresas como a Lufthansa para o território, o que implicou, em pouco tempo, uma enorme procura de construções e empreendimentos no Concelho, o que cria novos problemas, para os quais o Município tem de estar preparado para responder.-----

Sobre o debate, afirmou que os órgãos municipais, Câmara e a Assembleia estão sempre disponíveis para debater ideias, pois tem sido esse o apanágio dos mesmos, mas manifestou dificuldades ideológicas quanto a tetos máximos de rendas. Discordou frontalmente da afirmação de que o município não investe em educação, cultura e saúde, comentando que o membro Tiago Paiva não deve viver no mesmo concelho, estando assim disponível para o acompanhar e lhe mostrar os investimentos realizados, freguesia a freguesia. Reconheceu que se pode querer fazer mais, mas considera injusto dizer-se que nada é feito na cultura, por exemplo, apelando ao contacto com os agentes culturais para confirmar se esse é o entendimento deles.-----

Quanto aos apoios sociais, afirmou que a Câmara quer sempre dar mais, mas destacou a força da rede social do município, as IPSS, salientando as parcerias e a colaboração que existe no dia a dia, comentando que não está, com isto, a elogiar a Câmara, mas sim o trabalho do terceiro setor. Reconheceu que, a nível nacional, o BE tem reservas ideológicas quanto ao papel das IPSS e que, se pudesse, as excluiria a todas, mas que o PSD, PS e IL não têm nenhum problema com o terceiro setor. Referiu que essa é a posição nacional do BE, mas que não se diga que o Executivo não tem uma posição de cuidado social com as pessoas. -----

Esclareceu que também nunca apresentou a gestão da Câmara como um conto de fadas, pois sempre tributou o mérito do desenvolvimento do concelho às suas pessoas, e não à Câmara ou ao seu presidente, admitindo que há problemas por resolver e que é para isso que a Câmara existe.-----

Referiu que também não acredita que vai correr tudo muito bem e que vai



haver dinheiro para tudo, daí a política ser um exercício de prioridades, comentando que se perder o foco dessas prioridades é que se perde a visão e, aí, o membro Paulo Vieira passaria a ter razão.-----

Relativamente à intervenção do membro Daniel Gomes, do PS, recordou que, em janeiro de 2024, ainda não era presidente da Câmara, percebendo que o que estava subjacente à intervenção era a tentativa de colar a ideia de que não era rigoroso na gestão da causa pública e das finanças municipais, mesmo antes de ter tomado posse como presidente. -----

Sobre a descentralização de competências, afirmou ter sido claro ao dizer que, na área da educação, ainda não há pressão sobre as contas públicas, mas que essa pressão surgirá, de forma intensa. Convidou o deputado Daniel Gomes a visitar com ele as unidades de saúde entregues ao município, a frota recebida e as necessidades emergentes, comentando que os problemas vêm de governos anteriores, já do tempo de Passos Coelho, e que é o Município que tem de os resolver. Reforçou que a descentralização na educação, cultura e ação social vai pressionar muitíssimo as contas, e que essa é uma posição partilhada por todos os presidentes de câmara, independentemente do partido, bem como pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Em relação aos resíduos, lembrou que o então Presidente, Emídio Sousa, já tinha informado que o problema ou era resolvido a nível central ou se tornaria insustentável a médio prazo. Referiu que todos os presidentes de câmara, independentemente do partido, concordam que é um problema que tem de ser resolvido a nível nacional, havendo união quanto a esta posição. Sobre a diferença dos custos com as USF, explicou que a diferença se deve à contabilidade analítica, pois, por exemplo, no caso de Argoncilhe, inclui os custos com os sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) e tem um maior número de salas, quando, em Fiães, não inclui os custos com AVAC e tem um menor número de salas.-----

Posto isto, solicitou à Sra. Vereadora Sónia Azevedo que prestasse os



esclarecimentos às questões técnicas colocadas pelo membro Daniel Gomes.

Usou da palavra a Sra. Vereadora **Sónia Azevedo**, que, quanto à afirmação de que a situação financeira não é tão confortável como parece, esclareceu que a situação financeira do município é muito confortável, embora com variações. -----

Referiu ser verdade que, quando se fala na evolução do saldo corrente, de 2021 para 2024, o mesmo passou de 23 milhões de euros para 12 milhões de euros, mas que também é correto dizer que, nesse mesmo período, os encargos com pessoal passaram de 16,6 milhões de euros para 28,8 milhões de euros, aumento que decorre da transferência de competências. -----

Quanto à aquisição de bens e serviços, disse que o Município gastou 19 milhões de euros em 2021, e, em 2024, a fatura é de 33 milhões de euros, reafirmando que a redução do saldo corrente advém da transferência de competências. -----

Referiu que, em relação ao fornecimento e serviços externos, o Município passou, de 2023 para 2024, de 26,4 milhões para 37 milhões de euros, que os gastos com o pessoal passaram de 26,8 para 29,6 milhões de euros, e que as transferências e subsídios concedidos aumentaram de 13,7 para 17 milhões de euros, reforçando que tudo isto pressiona as contas. Referiu que, contudo, a situação financeira continua a ser muito confortável, o Município mantém uma elevada liquidez, uma ótima solvência a curto prazo, além de registar uma diminuição sustentada do passivo. -----

Explicou que, a opção pelo aumento das transferências, o investimento na qualidade das refeições escolares e nos apoios diretos às famílias, implica um aumento da despesa, sobrecarrega as contas, provocando, por consequência, a diminuição do saldo de gerência. No entanto, considera que um saldo de gerência de 60 milhões, passando para 53 milhões, continua a ser ótimo, a intenção não é a de manter um saldo de gerência tão elevado, mas sim aplicá-lo em medidas concretas, visando o retorno à própria



sociedade e aos munícipes. -----

Quanto à afirmação de que as receitas próprias estão estagnadas, disse que tal se deve ao facto de o Município não ter alterado as taxas. -----

Sobre a descentralização de competências na área da educação, esclareceu que o valor é deficitário, comentando que, na saúde, há de facto um valor positivo, mas que também existem os investimentos já mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara pois, além do que é recebido, o Município ainda reforça e substitui, como é o caso das viaturas. -----

No que diz respeito à eletricidade, reiterou a informação prestada pelo Sr. Presidente, aludindo aos gastos e aos investimentos realizados ao nível da rede. Exemplificou que, com a colocação de rede num arruamento em Argoncilhe, esse investimento se reflete, nas despesas do ano, em consumos, frisando que nesta questão entra a contabilidade analítica, ou seja, esses valores caem nos centros de custo que foram criados. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou, no âmbito da mesma matéria, que a tarifa da eletricidade, embora sendo tarifa bi-horária, é uniforme em todas as freguesias. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 32, PS: 4 – Rui Rios, Valdemar Silva, Vera Silva e Francisco Andrade), 13 votos contra (PS: 12, BE) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar os documentos de prestação de contas do Município relativos ao exercício de 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

4 – Documentos de Prestação de Contas da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – 2024 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, informando que o Sr. Presidente da Câmara não participa na discussão deste



ponto, tema cometido à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IL) que afirmou ser justo reconhecer que a Feira Viva tem desempenhado um papel importante na gestão de equipamentos e na dinamização de eventos que valorizam o concelho. Destacou iniciativas com forte impacto social e cultural, projetos de caráter inclusivo e a aposta na promoção do território como contributos relevantes para a afirmação da identidade local e para a projeção de Santa Maria da Feira. -----

Contudo, considerou que, passadas mais de duas décadas desde a sua criação, a empresa atingira um grau de maturidade institucional que justificaria uma reavaliação do seu modelo de funcionamento e de financiamento. Defendeu a necessidade de uma abordagem mais estratégica, com maior autonomia e menor dependência do apoio municipal. Referiu que o objetivo não passaria por cortar o investimento, mas antes por garantir que este fosse eficaz, transparente e sustentável.-----

Alertou para a limitação dos recursos públicos e para a importância de uma distribuição equilibrada e responsável. Disse acreditar que, com uma gestão mais eficiente e rigorosa, seria possível reforçar a autonomia da empresa, aliviar a pressão sobre o orçamento municipal e, simultaneamente, manter ou melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Para o ano de 2025, expressou o desejo de ver a Feira Viva mais sustentável, mais transparente e mais capacitada para responder aos desafios de um concelho em permanente crescimento e transformação. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL), que reconheceu o dinamismo da



empresa municipal e a sua capacidade para manter uma atividade regular, com uma crescente utilização das suas infraestruturas. Destacou, como sinal positivo, a taxa de cobertura de cerca de 70% com receitas próprias, considerando este indicador revelador de uma preocupação com a sustentabilidade, ainda que parcial. -----

Sublinhou, no entanto, que essa mesma atenção à gestão orçamental reforçava a ideia que o seu grupo político defende, ou seja, a necessidade de maior rigor na avaliação do impacto das atividades desenvolvidas, bem como uma transparência acrescida quanto ao retorno do investimento público realizado. Ainda assim, assinalou de forma positiva a melhoria registada face a períodos anteriores. Manifestou, por outro lado, alguma preocupação relativamente aos resultados negativos apresentados por algumas unidades da empresa, questionando se existem metas de equilíbrio financeiro estabelecidas ou se estas perdas são, estruturalmente, consideradas aceitáveis. -----

Apresentou algumas propostas com vista à melhoria futura da gestão da Feira Viva, como a apresentação de relatórios por unidade com indicadores de custo-benefício, o reforço do envolvimento de entidades privadas através de modelos de financiamento partilhado, e a criação de um conselho consultivo independente que acompanhe e avalie a atuação da empresa. ---

Concluiu, reiterando que a promoção da cultura e do desporto é essencial, mas deve ser assegurada com exigência, responsabilidade e transparência. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que começou por dizer que, no intuito de agilizar os trabalhos da sessão e tendo em conta que a intervenção do Bloco de Esquerda detinha uma perspetiva mais abrangente sobre o papel das empresas municipais, optaria por abordar já os temas constantes dos pontos n.º 4 e 5 da Ordem do Dia. -----

Justificou esta opção com o facto de, tanto na Feira Viva como na Sociedade de Turismo, os documentos de prestação de contas evidenciarem uma



dependência significativa de transferências da Câmara Municipal. Neste contexto, reiterou a questão, que o seu grupo coloca, de forma recorrente, nesta Assembleia, e que passa pela necessidade de clarificar qual a verdadeira finalidade das empresas municipais.-----

Sublinhou que estas entidades apresentam, à partida, um grau de escrutínio democrático inferior ao das estruturas municipais convencionais, uma vez que, por exemplo, a Assembleia Municipal é informada sobre as suas contas, mas não se pronuncia sobre as respetivas demonstrações financeiras. Assinalou ainda que persiste, nestas organizações, uma tendência preocupante para a manutenção de vínculos laborais precários. -----

Concluiu defendendo que as atribuições e funções desempenhadas por estas empresas se inserem no âmbito das competências executivas da autarquia e, por esse motivo, deveriam estar plenamente sob a alçada do município e sujeitas ao escrutínio dos órgãos democraticamente eleitos. -----

Usou da palavra o membro **Rodolfo Castro** (PSD), que começou por dizer que esta discussão não se deveria limitar à análise das contas, mas também atender à visão estratégica e aos resultados da política desenvolvida pela Feira Viva. Considerou que a empresa municipal constitui uma aposta ganha para o concelho, para as suas populações e para o futuro, afirmando-se, ao longo dos últimos anos, como um instrumento vital da política pública local, capaz de transformar ideias em ação e, essa ação, em resultados concretos.-----

Referiu que o ano de 2024 evidenciou claramente essa capacidade, apontando, como exemplos, o resultado líquido positivo de cerca de 40 mil euros, a cobertura de 70% dos custos da empresa através de receitas próprias, a inexistência de endividamento bancário e o investimento superior a 700 mil euros na reabilitação de equipamentos públicos. Para si, estes são sinais claros de rigor, sustentabilidade e compromisso com o interesse público.-----



Acrescentou ainda que, mais do que números, importa reconhecer o que realmente distingue a Feira Viva, os projetos que criam identidade e os eventos de que os feirenses se orgulho. Recordou que poucos conseguem falar de Santa Maria da Feira sem a associarem à Viagem Medieval ou ao Perlim, marcas que projetam o concelho muito para além das suas fronteiras. -----

Sobre a Viagem Medieval, destacou o valor da sua exposição mediática, superior a 2,5 milhões de euros, explicando que tal corresponde ao tempo de presença e promoção do evento nos meios de comunicação social, tempo que, se fosse adquirido diretamente, exigiria um investimento municipal de igual valor. Considerou que este evento é mais do que uma celebração, é uma marca territorial, um símbolo da autenticidade local, da força do movimento associativo e da capacidade única do concelho para transformar a história em experiências memoráveis. -----

Destacou ainda as inovações introduzidas em 2024, como o Grito de Bailias, os Momentos do Rei e os Ecos Gregorianos, assinalando que a pulseira real esgotou antes do final do evento. Em sua opinião, o crescimento contínuo da Viagem Medieval assenta na aposta firme na qualidade e na coerência com o ADN local. -----

Relativamente ao Perlim, apontou-o como outra marca identitária do concelho, uma criação original da Feira Viva com personagens únicas. Informou que, em 2024, o evento alcançou uma exposição mediática superior a 1 milhão de euros, tornando-se uma referência nacional no turismo familiar e um dos elementos diferenciadores do território. -----

Finalizou a intervenção com uma referência ao Europarque, que em 2014 se encontrava em situação de abandono, mas no qual o Município viu potencial. Apontou que, atualmente, nele se realizam cerca de 298 espetáculos por ano, em média, um por dia, constituindo-se como motor económico, palco cultural e centro de inovação empresarial. Fez ainda referência a outros projetos geridos pela Feira Viva, como o Zoo Ornitológico



de Lourosa, as piscinas municipais e o desporto adaptado, salientando que todos resultam não só da ação da empresa, mas também de uma liderança política corajosa, persistente e com visão de longo prazo. -----

Concluiu afirmando que a Feira Viva é hoje uma referência nacional nas áreas da cultura, do desporto, da inclusão e da inovação. -----

Interveio a deputada municipal **Fátima Oliveira** (PS), que declarou que não se alongaria na análise detalhada das contas da empresa municipal Feira Viva, por considerar que o essencial, neste aspeto, era factual. Indicou que o subsídio à exploração se mantinha próximo dos três milhões de euros e, embora se verificasse uma ligeira redução, cerca de 79 mil euros face ao ano anterior, continuava a evidenciar uma forte e persistente dependência financeira da Câmara Municipal. -----

Salientou que não estava em causa o papel relevante que a Feira Viva desempenha no serviço público e no desenvolvimento do concelho. Reconheceu que existem valências cuja natureza dificulta a sua autossustentabilidade, como o Parque Ornitológico ou alguns serviços das piscinas municipais e do desporto, e que garantir o acesso universal a esses serviços implicaria aumentos significativos nos preços, o que não seria desejável, nem socialmente justo. No entanto, defendeu que tal realidade não invalida a necessidade de uma reflexão séria sobre medidas claras e eficazes que visem a redução progressiva dessa dependência, promovendo uma gestão mais autónoma e uma utilização mais criteriosa dos recursos públicos. -----

Referiu ainda que, não havendo indícios de novas atividades a desenvolver em 2025, importa refletir sobre questões concretas, nomeadamente se foram definidas metas objetivas e estratégias para inverter os resultados negativos das áreas estruturalmente deficitárias, e se existe uma estratégia de médio prazo para diminuir o peso do subsídio municipal. -----

Sublinhou também o consenso político, tanto nesta Assembleia como na



própria Câmara Municipal, relativamente à necessidade de relançar o Parque Ornitológico, espaço com um potencial único, não apenas em termos de educação ambiental e lazer, mas também como polo de atração turística. Contudo, lamentou que até ao momento nada tivesse sido apresentado e a ausência de uma estratégia clara, levanta dúvidas legítimas sobre o futuro deste equipamento, apesar do consenso gerado em torno da sua valorização. Neste contexto, questionou que planos existiriam, ou estariam a ser preparados, para requalificar e revitalizar o Parque Ornitológico, conferindo-lhe o destaque e a utilidade que merece. -----

Por fim, destacou um problema relativo ao Pavilhão Municipal da Lavandeira, cuja gestão se encontra sob responsabilidade da Feira Viva, considerando inadmissível que continuasse a chover no seu interior, comprometendo as condições de uso por parte dos atletas e utentes. Sublinhou que não se trata de investir em termos de expansão ou de luxo, mas sim de garantir as condições mínimas e indispensáveis. -----

Usou da palavra a Sra. Vereadora **Sónia Azevedo**, que referiu que algumas das intervenções feitas foram expressões de pensamento e, em certos casos, sugestões. Destacou, a título de exemplo, a proposta do membro Miguel Branco, que sugerira repensar o modelo de financiamento da Feira Viva com vista a uma maior eficiência e eficácia. Considerou, no entanto, que os números apresentados e reiterados na intervenção do membro Rodolfo Castro, revelavam a eficiência na gestão da empresa municipal, porquanto, se verificava uma evolução positiva em quase todas as frentes da sua atividade. -----

Acrescentou que a elevação da qualidade dos serviços prestados era uma prioridade para a direção e para os colaboradores até por ser uma empresa certificada. Sublinhando que é essa orientação para a qualidade, que tem conduzido a resultados positivos e a uma melhoria contínua da performance da empresa, de forma consistente e significativa ao longo do tempo. -----



A Vereadora Sónia Azevedo referiu que o membro Paulo Vieira reconheceu o dinamismo da empresa municipal e abordara a questão da cobertura com receitas próprias. Aproveitou para recordar, até porque o membro Tiago Paiva também se referira a esse aspeto, que a empresa municipal financiava cerca de 70% dos seus custos com receitas próprias. Sublinhou que esta percentagem não se encontrava alicerçada no subsídio de exploração atribuído pela Câmara Municipal, estando até acima do que é legalmente exigido. -----

Reconheceu, porém, que havia equipamentos cuja atividade nunca geraria lucro, dando, como exemplo, o Parque Ornitológico de Lourosa, no entanto, considerou um sinal do seu sucesso o facto de se terem alcançado 40 mil visitantes num ano, com perspetiva de crescimento. Salientou ainda que se o município pretendia oferecer serviços, tais como, as piscinas a preços acessíveis, como incentivo à prática desportiva dos munícipes, teria de aceitar que esses serviços gerariam, inevitavelmente, um défice a compensar. Sublinhou que essa era uma escolha consciente, uma opção política de colocar ao serviço da comunidade determinados equipamentos e serviços. Defendeu que essa era a visão certa e que, nesse sentido, o município seguia claramente no bom caminho. -----

A Vereadora Sónia Azevedo referiu ainda que o membro Ângelo Santos abordara a questão do subsídio de cerca de 3 milhões de euros, clarificando que esse valor era alvo de reajuste anual. Explicou que, após uma análise da execução anual e dos objetivos previstos para o ano seguinte, era feita uma reavaliação pelo serviço competente que supervisionava a empresa municipal. -----

Relativamente à intervenção do membro Tiago Paiva, que afirmara que as duas empresas estavam dependentes do apoio municipal, a Vereadora Sónia Azevedo discordou da afirmação no que dizia respeito à Feira Viva, reiterando que esta assegura 70% do financiamento dos seus custos através de receitas próprias, o que, na sua perspetiva, demonstra a sua



sustentabilidade. Reconheceu que existe um subsídio à exploração e que sempre existirá dado o tipo de serviços prestados à população. Encarou essa posição como uma questão ideológica por parte do Deputado no que se refere à existência de empresas municipais, com a qual não concorda nem se identifica, nem é a visão partilhada pelo executivo. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --
Saíram os membros António Valdemar Ribeiro e Nuno Albergaria.-----

5 – Documentos de Prestação de Contas da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. – 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que defendeu que, para a administração municipal alcançar os objetivos propostos e para que o contrato-programa celebrado com a Sociedade de Turismo produza resultados concretos, seria fundamental incentivar um maior dinamismo na frequência e valorização das Termas de São Jorge, consideradas um dos ativos turísticos mais relevantes do concelho.-----

Sublinhou que a transição de um modelo de funcionamento sazonal para uma lógica de operação contínua ao longo de todo o ano exigiria uma gestão cuidada, disciplinada e eficaz. Na sua perspetiva, tal só seria possível mediante a plena exploração das ferramentas promocionais e operacionais já dominadas pela Feira Viva, o que permitiria garantir um impacto



consistente, positivo e duradouro na economia local, bem como na perceção do território enquanto destino turístico atrativo e competitivo. -----

Neste contexto, considerou essencial, como ponto de partida, racionalizar e potenciar todos os recursos já ao serviço da autarquia, promovendo sinergias e rentabilizando os meios existentes. Tendo em conta que a Feira Viva é participada pelo Município, defendeu que deveria existir um apelo claro à valorização e ao aproveitamento do conhecimento técnico e da experiência acumulada por esta entidade. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que afirmou a importância da atividade desenvolvida pela empresa em questão e, segundo o ponto de vista do seu grupo, qualquer atividade empresarial deveria assentar em pilares fundamentais como sejam a transparência, a eficiência e a responsabilidade perante os contribuintes. Por essa razão, defendeu ser essencial um maior detalhe na apresentação da informação, tanto ao nível da análise financeira e estratégica, como em termos profissionais. -----

Reconhecendo que tal melhoria poderia ser progressivamente implementada, deixou o repto para que, futuramente, todos os pontos relacionados com as empresas municipais fossem acompanhados por uma ficha resumo, a qual deveria incluir dados financeiros, atividades desenvolvidas, evolução face ao ano anterior, montantes suportados pelo orçamento municipal, bem como indicadores que permitissem aferir o seu desempenho. -----

Acrescentou ainda que, na sua perspetiva, a transparência não deveria ser entendida apenas como um princípio abstrato, mas sim como uma obrigação e uma responsabilidade na gestão do erário público, exigindo por isso informação acessível, rigorosa e compreensível. -----

Reforçou, no entanto, que a relevância da empresa municipal para o concelho era indiscutível. -----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que referiu que a aposta do município na atividade termal representava uma escolha acertada, tendo sido reconhecida como uma prioridade estratégica para o concelho. Considerou que a execução verificada em 2024 confirmava esse acerto, evidenciando um caminho claro de valorização e de reaproveitamento de um recurso com enorme potencial.-----

Contudo, referiu que a atividade termal continuava a exigir um maior investimento, sobretudo na melhoria das condições do edificado, com o objetivo de proporcionar um melhor nível de serviço e conforto aos seus utilizadores. Defendeu que só através dessa melhoria contínua seria possível, a médio prazo, garantir a sustentabilidade do setor e posicioná-lo como uma verdadeira referência, enquanto polo de desenvolvimento económico e turístico para toda a região. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Fátima Oliveira** (PS) que expressou a sua satisfação ao tomar conhecimento de que a Sociedade de Turismo previa, finalmente, pôr fim à sazonalidade dos contratos dos postos de trabalho nas Termas das Caldas de São Jorge. Observou que o Sr. Presidente da Câmara não abordara o tema, mas o mesmo fora partilhado em sede de reunião de Câmara, pelo que aguardava a respetiva confirmação. -----

Sublinhou que se tratava de uma medida há muito esperada e que vinha sendo defendida pelo seu grupo político, e que, apesar de tardia, representava uma decisão acertada, que respondia às necessidades dos trabalhadores e constituía um passo significativo no combate à precariedade do trabalho, com reflexos positivos na construção de uma economia local mais justa e sustentável.-----

Recordou, ainda, que esta era já a segunda grande proposta do Partido Socialista acolhida com vista à melhoria do serviço prestado pelas termas, sendo a primeira a introdução de descontos sociais para os munícipes, medida que permitira alargar o acesso da população aos serviços de saúde



e bem-estar, garantindo, simultaneamente, um retorno efetivo para o Município relativamente ao subsídio atribuído à Sociedade de Turismo ao longo dos anos. -----

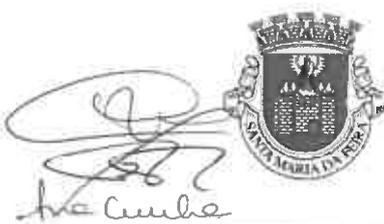
Referiu, contudo, que, apesar destes avanços, persistia a preocupação quanto à sustentabilidade financeira da atividade termal, uma vez que, mesmo com participações estatais nos tratamentos, as termas ainda não conseguiam alcançar resultados financeiros positivos. Reiterou que o potencial do termalismo estava longe de estar plenamente explorado, razão pela qual considerava essencial alargar a oferta e as valências termais, tanto ao nível dos serviços como das experiências proporcionadas, de forma a atrair um público mais alargado e diversificado.-----

Como exemplo de possíveis caminhos, mencionou a exploração do segmento da cosmética, que já fora sugerido anteriormente, e a criação de pacotes integrados que combinassem tratamentos termais com alojamento e refeições em restaurantes locais, promovendo, simultaneamente, o turismo de saúde e a economia regional. -----

Sublinhou ainda que, nesta estratégia de valorização, seria pertinente analisar a possibilidade de cooperação entre as duas empresas municipais, Sociedade de Turismo e Feira Viva, sobretudo no domínio da comunicação e da promoção. -----

Argumentou que era do conhecimento geral que a Feira Viva dispunha de ferramentas e competências nessa área que a Sociedade de Turismo, de momento, não possuía, pelo que a criação de sinergias, entre ambas, poderia revelar-se decisiva para aumentar a visibilidade das Termas das Caldas de São Jorge, um recurso fundamental do concelho. -----

Concluiu manifestando a expectativa de que estas preocupações viessem a ser consideradas nas próximas decisões estratégicas, esperando que não se desperdiçasse a oportunidade de revitalizar um setor com tanto potencial para a região.-----



Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD), que afirmou que a Sociedade de Turismo constituía um pilar estratégico no desenvolvimento cultural e económico do concelho, promovendo Santa Maria da Feira como um destino turístico de excelência, assente na valorização do património, da criatividade e da identidade local. Referiu que o exercício de 2024 refletia uma gestão responsável e transparente, orientada para a obtenção de resultados concretos. -----

Sublinhou que os documentos apresentados evidenciavam rigor financeiro, clareza na prestação de contas e uma trajetória sustentada com vista ao futuro. Destacou o desempenho das Termas das Caldas de São Jorge, que em 2024, se refirmaram como uma referência no setor do termalismo. Assinalou, nesse âmbito, o crescimento de cerca de 14% na procura global pelos serviços termais e o aumento de 17% no volume de vendas da atividade associada. -----

Indicou que este crescimento resultava, entre outros fatores, do trabalho de proximidade desenvolvido, da participação em eventos clínicos e comunitários, da interação com empresas, da presença reforçada em plataformas digitais e de uma comunicação mais segmentada e eficaz. Considerou que estes elementos tinham contribuído de forma significativa para o aumento da procura. -----

Enfatizou que o crescimento da procura, a qualidade dos serviços prestados e o impacto positivo na economia local constituíam sinais claros do sucesso deste equipamento, que conjugava tradição, saúde e bem-estar com inovação e sustentabilidade. -----

Concluiu enaltecendo o trabalho da administração da Sociedade de Turismo e da respetiva equipa técnica, que, no seu entender, asseguravam um acompanhamento próximo, responsável e eficaz. Com base neste percurso sólido e progressivo, reafirmou o apoio do seu grupo político à Sociedade de Turismo, à sua missão e visão estratégica. -----



O **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer todas as intervenções e sugestões apresentadas pelos deputados municipais que usaram da palavra. A seguir, destacou que os resultados obtidos pelas Termas das Caldas de São Jorge, no ano de 2024 eram positivos, evidenciando um percurso claramente crescente, ainda que moderado, mas bastante encorajador. -----

Esclareceu que, por razões técnicas relacionadas com intervenções necessárias, as Termas manteriam a sua paragem habitual. No entanto, adiantou que, entre 2025 e 2026, se caminharia para a regularização dos contratos de trabalho, o que considerou um sinal positivo.-----

Do seu ponto de vista, seria essencial, no futuro próximo, realizar um investimento significativo na recuperação do balneário termal, não apenas ao nível do edificado, mas também das suas componentes técnicas. Considerou também importante integrar, de forma mais expressiva, a vertente turística e de bem-estar, sem nunca esquecer a qualidade diferenciadora das águas termais locais, que constituíam uma riqueza ímpar do território e, por isso, deviam continuar a ser o principal foco da estratégia municipal. -----

Reiterou o seu agradecimento pelas intervenções, salientando que algumas sugestões, como a maior articulação entre a Feira Viva e as Termas, nomeadamente na área da comunicação, tinham sido acolhidas. Recordou que, na reunião de Câmara, ambos os responsáveis receberam o repto para avançar nesse sentido, proposta reiterada, agora, por diversos intervenientes, incluindo o membro Miguel Branco e os representantes do Partido Socialista. Concluiu afirmando que este era um caminho promissor a seguir. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --



6 – Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira – 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epigrafe, a que se refere o e-mail, registado sob o n.º 2.792, em 18/02/2025, remetido pela Sra. Presidente da Comissão em referência – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Disse que, tendo sido eleita por esta Assembleia para fazer parte da comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), reitera todo o trabalho que a CPCJ teve quotidianamente, ao longo do ano de 2024, com o compromisso de proporcionar as melhores condições de proteção, segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento a todas as crianças. -----

Referiu que as equipa da comissão alargada e da comissão restrita têm procurado fazer o melhor para as crianças, em termos de proteção e em termos de segurança, para que sejam crianças saudáveis e felizes. Deu nota que foi um ano complexo e difícil no que diz respeito aos recursos, e em particular, aos recursos humanos, mas a equipa trabalhou em rede e tem conseguido manter a qualidade da excelência dos seus serviços.-----

Concluindo, disse que terminaria, tal como consta do relatório, reforçando que a CPCJ sonha, tem sonhado e sonhará sempre, como entidade com competência em matéria de infância e juventude, em encetar todos os esforços para uma verdadeira cultura dos direitos das crianças, sobretudo das mais frágeis, criança na sua plenitude enquanto sujeito pleno de direitos e garantias. Disse que o que todos querem é ver as crianças felizes, deixando, publicamente, um bem-haja pelo trabalho que a CPCJ de Santa Maria da Feira tem desenvolvido. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) retorquindo que o relatório relata uma realidade um pouco diferente daquela que foi apresentado pela Sra. Presidente da Assembleia o que deixa BE preocupado, pois descreve uma



sobrecarga de trabalho e um desgaste da equipa da CPCJ em Santa Maria da Feira, o que afeta a sua capacidade de resposta, acrescentando ser esse o diagnóstico que retira do relatório. -----

Referiu que, em 2024, a comissão restrita viveu uma sobrecarga operacional extrema, que resultou num desgaste físico e emocional significativo da equipa, usando as mesmas palavras do relatório. Disse que os membros em funções a tempo inteiro tinham ficado responsáveis por um número excessivo de processos, acumulando tarefas e trabalhando para além do horário normal para evitar falhas na proteção das crianças. -----

Acrescentou que o relatório descreve 2024 como um ano penoso para a CPCJ, marcado pela imprevisibilidade diária e pela sensação de estar submersa em problemas não resolvidos. Indicou que os sinais de burnout eram evidentes, pois a equipa passou por momentos de medo, desespero, raiva e desilusão, perante a dificuldade em fazer progressos visíveis no andamento dos processos. -----

Realçou que o relatório apresenta um diagnóstico penoso e atribui responsabilidades diretas à Câmara Municipal, em primeiro lugar, por ter estado cinco meses sem garantir o apoio administrativo à CPCJ, e, em segundo lugar, porque essas falhas administrativas não foram comunicadas de forma atempada à Comissão. -----

Assinalou que estas não são palavras suas, mas foram extraídas do próprio relatório. -----

Questionou a Câmara sobre se estas situações, verificadas a 17 de fevereiro, data de envio do relatório à autarquia, já tinham sido resolvidas, nomeadamente ao nível do apoio administrativo, da responsabilidade da Câmara, e do apoio técnico, que tinha cessado no final de 2023. Sublinhou que estas questões são fundamentais, por constituírem constrangimentos identificados pela Comissão e que afetaram o seu trabalho ao longo de 2024, num diagnóstico penoso quanto às condições de trabalho destes profissionais, a quem faz questão de deixar uma palavra de apreço



porquanto, mesmo assim, procuraram fazer o possível pela proteção das crianças e jovens do Concelho.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que questionou o Executivo sobre quais as medidas concretas e estruturadas para garantir a estabilidade e o funcionamento eficaz deste serviço, essencial à proteção das crianças e jovens de Santa Maria da Feira. -----

A deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) usou da palavra alegando ter sido interpelada por uma cidadã relativamente à questão da CPCJ, percebe que, ao nível do funcionamento, existe uma grande preocupação e, por isso, pergunta ao Executivo o que é que tinha mudado na CPCJ para justificar estas alterações. -----

No que diz respeito aos funcionários administrativos, cuja responsabilidade é da Câmara, reconhecendo que pode ter havido uma ausência por baixa médica, mas queria saber se seria apenas isso e o que é que fez a Câmara para resolver a situação. -----

Mencionou que a lei estipula que todas as instituições são responsáveis por assegurar o funcionamento da CPCJ a tempo inteiro, garantindo a salvaguarda de todas as situações, mas que o que o relatório transmite é a preocupação por ter existido casos por resolver apenas parcialmente resolvidos, devido à sobrecarga de trabalho e à escassez de recursos humanos. -----

Disse querer destacar algumas notas finais do relatório que revelavam mudanças, como, por exemplo, o facto da CPCJ ter deixado de ter motorista da Câmara, ter perdido o seguro para os comissários e de haver dúvidas quanto ao uso do fundo de maneiio. Referiu que, dadas estas mudanças, pretende perceber o que é que pode ter acontecido, uma vez que a Câmara é a entidade patronal do serviço administrativo, ainda mais quando o Sr. Presidente da Câmara assinala como boas as relações com a CPCJ. -----



Para terminar, elogiou o formato do relatório apresentado, tornando-o de fácil leitura e compreensão, face à introdução de texto, imagens, tabelas e números. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** reiterou que, enquanto representante desta Assembleia, participa mensalmente nas reuniões da comissão alargada da CPCJ e testemunha o trabalho realizado. Confirmou que foi um ano penoso e gravoso, particularmente, no que diz respeito aos recursos humanos. Acrescentou que a situação é o resultado de vários anos de dificuldades, tendo-se agravado em 2024, explicou que uma funcionária da Segurança Social se encontra de atestado desde 2022 e, outra esteve de licença de maternidade, pelo que houve alturas em que estavam apenas cinco pessoas a trabalhar. -----

Destacou, apesar disso, a qualidade do trabalho desenvolvido e deu os parabéns à CPCJ pelo empenho e esforço das técnicas, bem como pela equipa que permaneceu unida apesar da sobrecarga, sendo certo que contaram sempre com o apoio alargado da rede. Realçou que as crianças estão devidamente protegidas, num trabalho que é feito em articulação com o Ministério Público. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por afirmar que, para discutir esta questão, é necessário enquadrar bem quem tem as responsabilidades e em que as mesmas consistem. Explicou que a CPCJ e a Câmara Municipal, através de protocolo com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, mantêm um acordo, no âmbito do qual a autarquia cumpre escrupulosamente as suas obrigações legais-----

Sublinhou que uma coisa é o cumprimento das obrigações legais, outra é a gestão pontual e diária dos recursos humanos seja nas escolas, nos serviços administrativos ou no estaleiro municipal. -----



Referiu ainda que, a propósito da descentralização, a referida Comissão Nacional pagou à Câmara, em 2024, cerca de 31 mil euros, enquanto esta gastou, no total, 46 mil euros, pelo que deve à Câmara cerca de 15 mil euros, mas garantiu que isso não o preocupa, até devido à robustez das contas municipais. -----

Informou que, perante os relatos que lhe foram chegando, reuniu, no primeiro trimestre de 2025, com a presidente da CPCJ de Santa Maria da Feira, a quem perguntou o que fazia falta, tendo esta indicado a necessidade de dois assistentes sociais e um apoio administrativo. Neste âmbito deu nota que, segundo a informação que recebeu, um apoio administrativo com carácter definitivo já está a trabalhar na CPCJ, e uma das assistentes sociais já se encontra colocada, estando a outra em processo de contratação. Frisou que essa decisão foi tomada com base nas carências de recursos humanos identificadas pela presidente da CPCJ, perante a pergunta que lhe fez no sentido de que o que era necessário para fazer da atividade da CPCJ uma referência nacional. -----

Garantiu que a autarquia não poupou recursos e que, até ao momento, do compromisso assumido, apenas faltava colocar uma das assistentes sociais, pelo que, com isso, a Câmara passaria a garantir quatro apoios técnicos à CPCJ, permitindo recuperar situações pendentes e resolver os problemas mencionados no relatório. -----

Acrescentou que, perante este relatório da CPCJ, solicitou à Divisão Social o exercício do direito de contraditório, de forma a verificar algumas das situações relatadas, pois há dados contraditórios. -----

Reforçou que, naquilo que importa, que é o serviço prestado às crianças e famílias, o que o Presidente da Câmara fez foi garantir, para além do apoio técnico que já existia, mais três apoios técnicos, acrescentando que a entidade em falta é a Segurança Social, e que esta não falha apenas em Santa Maria da Feira, mas em todo o país. -----

Concluindo disse que como não se pode deixar as crianças e famílias



dependentes das falhas do Estado, e tendo a Câmara capacidade para intervir, avançou com os apoios necessários para garantir o bom funcionamento da CPCJ, comentando que é esta a mensagem que quer deixar à Assembleia perante a situação, concluindo que a Câmara a enfrentou com ação imediata. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE), a partir do seu lugar, referiu que existe uma diferença substancial entre o mencionado no relatório e o relato dos procedimentos, apontando o problema da falta de comunicação entre o Município e a CPCJ. Assim, propôs que, fosse em sede da Assembleia ou da Comissão Permanente, a Presidente da CPCJ fosse convidada a prestar aos deputados, com assento na Assembleia, os devidos esclarecimentos, contando igualmente com a presença do apoio municipal, que poderia exercer o seu direito de contraditório, contribuindo para encontrar soluções.

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu um esclarecimento à Sra. Presidente da Assembleia, afirmando que não tinha percebido se o deputado Tiago Paiva estava a pôr em causa aquilo que o próprio Presidente da Câmara acabara de afirmar, ao que o membro **Tiago Paiva** respondeu que o Sr. Presidente da Câmara falou que tomou conhecimento diretamente de uma reunião feita com a Presidente da CPCJ, mas o relatório indica que foi feita uma comunicação, em julho de 2024, ao vereador Vítor Marques, relativamente a problemas logísticos e de pessoal, e que, segundo o mesmo relatório, a resposta obtida incidiu apenas sobre alguns problemas logísticos. -----
Disse que essa situação o preocupa, pois pode significar que a comunicação não estava a fluir adequadamente no seio do Executivo, nem entre a CPCJ e o Executivo. Defendeu, por isso, que deveria ser feita uma intervenção com vista à melhoria da comunicação e à identificação de procedimentos que permitissem mitigar esse tipo de situações. -----



O **Sr. Presidente da Câmara** questionou, então, se o deputado não estava a colocar em causa o facto de a Câmara ter contratado quatro apoios técnicos, número muito superior ao que é legalmente exigido, ao que o membro **Tiago Paiva** respondeu que não coloca isso em causa, que o que coloca em causa é o facto de, desde julho de 2024 até ao momento, muitas crianças do Município poderem ter ficado em situação de risco devido à insuficiência da resposta, reforçando que é essa a leitura que faz do relatório.

A **Sra. Presidente da Assembleia** contrapôs que isso não corresponde ao conteúdo do relatório, atentando a que tal não está referido em nenhum ponto do documento. Considerou que, naquele contexto, não havia espaço para contraditório, mas sim para esclarecimentos, insistindo que o que consta do relatório está bem esquematizado em quadro, e que o que é assinalado, como estando em falta, é da responsabilidade da Segurança Social, e não da Câmara Municipal, ao que o membro **Tiago Paiva** respondeu que esse não é o conteúdo do relatório em análise, pois o que factualmente consta desse documento são os problemas que tinha enunciado, relatados pela CPCJ.

O **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que tudo pode ser discutido, mas que a Assembleia não pode é autodiminuir-se, sublinhando que a Assembleia está representada, pela sua Presidente, na CPCJ, pelo que o deputado Tiago Paiva, se quisesse fazer o escrutínio, podia fazê-lo naquele momento, tendo o membro **Tiago Paiva** respondido que não é benéfico diminuir o papel da Assembleia no exercício do escrutínio e que, por essa mesma razão, entende que a Presidente da CPCJ deveria ser convidada a comparecer na Assembleia para prestar esclarecimentos.

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou que teria todo o prazer, numa próxima reunião da Comissão Permanente, em levar todas as atas das



reuniões da comissão alargada da CPCJ, para que pudessem ser analisadas e as situações discutidas. Acrescentou que esse será um assunto a debater e, caso a Comissão Permanente assim o entender, ser submetido à Assembleia Municipal.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do relatório em referência. -----

7 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 30, PS: 16) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

8 – Alteração do Mapa de Pessoal de 2025-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, PS: 4 – Rui Rios, Valdemar Silva, Vera Silva e Francisco Andrade, IND: 1 – Carmino Bastos) e 16 abstenções (PS: 12, BE, CDS-PP, IL, IND: 1 – Miguel Branco), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saíram os membros Cláudio Costa, António Ferreira, Rui Alves Rios, José Carlos Silva, Pedro Martins e Valdemar Silva. -----

9 – Lufthansa Technik Portugal, S.A. – Benefícios Fiscais Contratuais--

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND), que declarou que pretendia deixar clara a sua posição relativamente à proposta em análise, a qual visava conceder benefícios fiscais à empresa Lufthansa no contexto do seu investimento em Santa Maria da Feira. -----

Começou por reconhecer a importância estratégica daquele investimento para o concelho e para o país, sublinhando que se tratava de uma operação que previa a criação de mais de 500 postos de trabalho até 2034 e que colocava Santa Maria da Feira no mapa europeu da indústria aeronáutica. Referiu que se tratava de um setor em crescimento, tecnologicamente avançado e fortemente orientado para a exportação, pelo que considerava inegável o valor acrescentado da iniciativa, tanto para o desenvolvimento



económico como para a atratividade do território.-----
Contudo, fez questão de registar, com sentido de justiça, o sentimento de desigualdade que, no seu entender, aquela proposta inevitavelmente provocava junto dos pequenos e médios empresários do concelho. Lembrou que muitos desses comerciantes e industriais, que ao longo de décadas tinham contribuído com impostos, com criação de emprego e com dinamismo local, enfrentaram períodos difíceis, como a pandemia, sem nunca beneficiarem de qualquer isenção ou apoio fiscal digno desse nome. Muitos, afirmou, tinham-se reinventado, mantido postos de trabalho, cumprido as suas obrigações fiscais, e continuavam ainda hoje a ser ignorados em matéria de estímulos à sua atividade económica. -----
Considerou, por isso, legítimo questionar onde estavam os apoios estruturais e consistentes para aqueles que sempre estiveram presentes. Perguntou, também, onde se encontravam os incentivos dirigidos aos agentes económicos locais. Referiu que faltavam estímulos para as pequenas e médias empresas do concelho que, em muitos casos, geravam dezenas de postos de trabalho, contribuíam para a coesão do tecido económico e desempenhavam um papel fundamental na fixação de talento no território. Na sua opinião, ao apoiar uma multinacional com isenções de IMT e IMI, a Câmara Municipal estaria, de forma simbólica, a transmitir uma mensagem perigosa, a de que apenas os grandes investimentos mereceriam acolhimento fiscal e institucional. -----
Reiterou que não se opunha ao investimento em causa, nem aos benefícios que este poderia trazer para o concelho. No entanto, disse não poder compactuar com políticas assimétricas que, de forma sistemática, relegavam os pequenos e médios empresários para segundo plano. Defendeu que o equilíbrio entre a atração de novos investimentos e a valorização dos que já existiam deveria ser uma prioridade da política económica local. -----
Concluiu afirmando que, por todas estas razões, optava por se abster na votação. Não o fazia como forma de boicote, mas como um protesto



construtivo, um protesto que apelava a um novo olhar sobre o tecido económico local, exigindo mais justiça fiscal, mais equidade e mais reconhecimento por parte do Município para com aqueles que, em silêncio e sem incentivos, continuavam a sustentar a economia feirense.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Vieira** (IL) referindo que a Iniciativa Liberal valorizava políticas que promovessem a captação de investimentos produtivos e qualificados para o concelho. Relativamente à proposta de concessão de benefícios fiscais à empresa Lufthansa Technik Portugal, ao abrigo do regime legal de incentivo ao investimento, defendeu que a mesma deveria ser analisada com rigor e com foco no retorno efetivo para a comunidade local.-----

Considerou que este tipo de apoio só faria sentido se estivesse sustentado por objetivos claros, como a criação de emprego qualificado e duradouro, a transferência de conhecimento, a integração com a comunidade local e um impacto económico mensurável no território.-----

Sublinhou que a Iniciativa Liberal defendia que a concessão de benefícios fiscais fosse acompanhada da elaboração de relatórios anuais sobre a execução e o cumprimento das metas, da divulgação pública das obrigações assumidas, salvaguardando a necessária confidencialidade, e de uma avaliação cuidada do impacto indireto, incluindo aspetos como a oferta de estágios, ações de formação e o envolvimento de fornecedores locais.-----

Concluiu esclarecendo que o grupo político que representava não se opunha à atribuição de benefícios fiscais, mas exigia que esta fosse feita com transparência, fiscalização e contrapartidas concretas. Afirmou, por fim, que os incentivos seriam bem-vindos desde que representassem um valor real para o concelho, sem gerar dependências nem distorções no mercado.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que declarou concordar que se tratava de um projeto estruturante para o desenvolvimento do território e



do país. No entanto, afirmou não poder deixar de levantar uma questão que considerava pertinente, questionando se os apoios em causa seriam concedidos exclusivamente a este investimento ou se estariam disponíveis para outros empresários que pretendessem instalar-se no concelho, nomeadamente com o objetivo de prestar serviços ou fornecer bens à atividade agora apoiada. -----

Sublinhou que era fundamental garantir um desenvolvimento equilibrado e assegurar que os benefícios não se concentrassem apenas num único projeto, mas que se estendessem ao tecido económico local, promovendo o crescimento de todo o ecossistema empresarial da região. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que começou por afirmar que a discussão em curso não deveria centrar-se na bondade do investimento em si, uma vez que todos pareciam estar de acordo quanto à sua importância para o Município. Reconheceu que se tratava de um investimento necessário, com potencial para gerar emprego e desenvolvimento. No entanto, esclareceu que o que estava verdadeiramente em causa era a proposta de isenção fiscal, relativamente à qual assumiu sentir algum constrangimento enquanto defensor do serviço público. -----

Referiu que a lógica subjacente à proposta, e que já havia sido reiterada por outros intervenientes, assentava na ideia de que só se conseguiria atrair investimento mediante a concessão de condições particularmente favoráveis. Segundo esse raciocínio, quanto maior fosse o investimento, maior deveria ser a isenção fiscal atribuída, ou seja, mais benefícios para quem tinha maior capacidade económica. Reconheceu que a comunidade beneficiaria com mais emprego, mas alertou para o facto de também a empresa beneficiar dos recursos locais, do trabalho desenvolvido na região e do ecossistema já existente, pelo que, no seu entender, deveria igualmente contribuir fiscalmente. -----

Recordou que, em 2024, o grupo Lufthansa registou lucros na ordem dos



1,38 mil milhões de euros, questionando se uma empresa com tal capacidade financeira não poderia, ainda assim, pagar os impostos. Reforçou essa ideia perguntando, em tom crítico, se, afinal, seriam os pequenos e médios empresários locais, com muito menos recursos, quem deveria suportar esses encargos. -----

Chamou ainda a atenção para a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), referindo que, na sua expressão máxima, poderia representar cerca de 17% da totalidade da receita fiscal arrecadada pelo Município em 2024 nesse imposto. Considerou este valor excessivo. -----

Apontou, por outro lado, que a proposta não estaria devidamente enquadrada no regulamento municipal para a atribuição de isenções fiscais, regulamento esse que, no seu entender, já deveria ter sido apresentado e aprovado. Deixou, nesse sentido, uma recomendação para que tal instrumento normativo fosse elaborado e submetido à consideração dos órgãos autárquicos competentes. -----

Sublinhou que a promoção da justiça social também se evidenciava nas propostas que eram levadas a votação, referindo que havia quem a promovesse e quem, pelo contrário, contribuísse para o aumento das desigualdades entre os que pouco tinham. Considerou que a concordância com esta proposta não servia os interesses dos munícipes e lembrou que, conforme o próprio Presidente da Câmara já teria reconhecido, a deliberação não era vinculativa, tratando-se apenas de uma manifestação de concordância institucional. -----

Concluiu afirmando que a proposta de isenção fiscal lhe parecia representar, simbolicamente, um insulto para todos aqueles que pagavam os seus impostos e exerciam a sua atividade de forma regular no concelho. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que começou por referir, de forma breve, que gostaria de retomar as palavras do Senhor



Presidente da Câmara. Afirmou que todos, naquela Assembleia, estavam conscientes da importância do investimento em causa. Recordou ainda que já haviam sido aprovadas, no passado, isenções fiscais semelhantes, quer para empresas, quer para instituições. Como exemplo, mencionou a isenção concedida à empresa Amy's Kitchen, sublinhando que, embora se tratasse de realidades distintas, o precedente existia. -----

No entanto, esclareceu que o seu foco não era comparar os casos, mas sim refletir sobre o conteúdo concreto do ponto em apreciação. Destacou que, no ponto número um, era solicitada a concordância da Assembleia relativamente à concessão, por parte do Governo, de isenções de IMT e IML. Já no ponto número dois, a proposta previa que essa concessão ficasse sujeita a determinadas condições cumulativas, cuja não verificação implicaria a revogação e restituição dos benefícios atribuídos. Perante isto, questionou que condições eram essas, considerando importante que estas fossem clarificadas para que todos pudessem deliberar de forma informada. Por fim, dirigiu uma última pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, referindo que, se Santa Maria da Feira era hoje um destino privilegiado para a instalação de novos investimentos e se a economia local se encontrava numa fase de grande dinamismo, então certamente o executivo teria já planeado como acompanhar este processo de desenvolvimento económico. -----

Nesse contexto, questionou se faria sentido manter-se a decisão política, assumida pelo executivo PSD, de não existir um regulamento próprio para este tipo de apoios fiscais. Terminou sugerindo que a existência de um regulamento poderia, até, constituir uma mais-valia para o concelho, diferenciando-o positivamente no contexto da captação de investimento e reforçando a sua competitividade. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD), que considerou importante começar por enaltecer o investimento em causa, referindo tratar-se de um exemplo inequívoco da relevância de uma ação autárquica estratégica e



competente na promoção do desenvolvimento económico local. Sublinhou que a instalação da Lufthansa Technik em Santa Maria da Feira representava um investimento de cerca de 227,6 milhões de euros, com potencial para criar 325 postos de trabalho altamente qualificados até 2028, e 526 até 2030. Este impacto, defendeu, seria direto e duradouro na economia local e regional, contribuindo para a retenção de talento e valorização do território no contexto europeu. -----

Recordou que o projeto industrial em causa era de referência internacional, tendo escolhido o concelho para a instalação de um centro de manutenção e engenharia de componentes aeronáuticos. Aproveitou a ocasião para recordar alguns membros da Assembleia Municipal de que a isenção fiscal em análise seria atribuída pelo Governo, após parecer da IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) e audição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Reforçou que a decisão final caberia, pois, ao Governo. Ainda assim, reconheceu que, conforme indicado pelo Sr. Presidente da Câmara, uma eventual discordância por parte do município poderia conduzir a uma compensação por parte do Governo, mas considerava que, tendo em conta todas as externalidades positivas associadas ao investimento, a rejeição da isenção por parte do município não faria qualquer sentido. -----

Em resposta às questões levantadas relativamente ao apoio às pequenas e médias empresas (PME), afirmou que ninguém estava a defender que essas não deviam ser apoiadas. Pelo contrário, entendeu que o próprio facto de a Lufthansa escolher Santa Maria da Feira se devia, em parte, ao trabalho feito no apoio ao tecido económico local, incluindo as PME. Alertou, no entanto, para a necessidade de distinguir os conceitos, criticando a narrativa que, em sua opinião, foi partilhada por vários grupos, nomeadamente Bloco de Esquerda, Partido Socialista e o deputado independente, que sugeriam que conceder isenções a grandes empresas implicaria descurar o apoio aos pequenos empresários. -----



Reforçou que a lógica da isenção fiscal em causa não se baseava na capacidade financeira da empresa para pagar impostos, mas sim no impacto positivo que o investimento teria no território, na população, na qualificação dos postos de trabalho e no crescimento económico. Por isso, considerou que o raciocínio apresentado por alguns deputados era, no essencial, contrário ao fundamento real da proposta. -----

Assinalou ainda que este investimento não era um caso comum, mas sim um verdadeiro selo de confiança no território, concedido por uma das maiores empresas do setor aeronáutico a nível mundial. Entendeu que este facto demonstrava não só a qualidade do território, mas também a capacidade de resposta da Câmara Municipal, bem como o ambiente favorável ao investimento que se vive no concelho.-----

Sublinhou que a escolha de Santa Maria da Feira não foi aleatória nem assente apenas em incentivos fiscais, pelo contrário, referindo que a Lufthansa terá optado pelo concelho por nele encontrar aquilo de que necessitava, ou seja, boas infraestruturas, uma localização estratégica, capital humano qualificado e uma autarquia proativa e fiável. -----

Revelou que o investimento foi o resultado de meses de trabalho técnico, discreto e coordenado, em que a Câmara Municipal desempenhou um papel determinante, desde a identificação dos terrenos com condições logísticas adequadas até à articulação com o Governo e com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), passando pelo acompanhamento dos investidores e pela celeridade nos processos administrativos.-----

Indicou que, da parte do grupo municipal do PSD, não existia qualquer oposição à eventual criação de um regulamento municipal para a atribuição de benefícios fiscais. No entanto, alertou para o risco de esse regulamento concentrar excessivamente a atenção na vertente fiscal dos investimentos, quando, na sua perspetiva, esse nunca foi, nem deveria ser, o foco principal da estratégia da Câmara Municipal, que se baseava, antes, nos fatores de



atratividade anteriormente elencados.-----
Concluiu a sua intervenção com um reconhecimento público ao executivo municipal e a todos os serviços envolvidos no processo, pela forma como souberam estar à altura de um desafio que, no seu entender, marcará o futuro do concelho. Aproveitou ainda para responder à deputada Susana Correia, esclarecendo que não era o município a afirmar que a Lufthansa viria para Santa Maria da Feira, mas sim a própria empresa a confirmar essa decisão. Considerou, por isso, injusta e incorreta qualquer tentativa de associar este investimento a outros processos que não obtiveram os mesmos resultados. Sublinhou que, neste caso, o município atuou com firmeza, defendeu os interesses de Santa Maria da Feira e demonstrou, mais uma vez, a sua capacidade para atrair investimento de elevada qualidade.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, dizendo reiterar, na íntegra, todas as explicações e considerações proferidas pelo deputado municipal Carlos Seixas, sublinhando que a Câmara Municipal não poderia estar mais de acordo com a clareza com que o mesmo separara as dimensões em causa relativamente a este investimento. Sublinhou, ainda, que este momento representava um verdadeiro teste para todos os presentes, pois permitiria aferir quem estaria, de facto, disposto a assumir uma posição clara a favor de um investimento transformador, de interesse nacional, amplamente reconhecido como um dos mais relevantes investimentos estratégicos do país.-----

Referiu que nenhum empresário local se mostrara contrário à instalação deste projeto, uma vez que, enquanto empresários, compreendiam perfeitamente o impacto positivo que tal investimento teria na economia local e as mais-valias diretas que traria para grande parte do tecido empresarial do concelho. Acrescentou que os investidores nacionais têm, além disso, outras vias de acesso a benefícios fiscais, previstas no Código Fiscal do Investimento, razão pela qual não se deveriam confundir planos distintos. -



Enfatizou que esta decisão se inseria numa estratégia do Governo português, partilhada por sucessivos executivos, que visa a captação de investimento estrangeiro estruturante, essencial para a economia nacional. -----

Realçou, ainda, que se tratava de um setor altamente qualificado, diferenciado e competitivo, que permitiria criar empregos de qualidade, atrair novos investidores para Santa Maria da Feira e gerar atividade para empresas locais, incluindo pequenas e médias empresas familiares que, segundo afirmou, compreenderam desde o primeiro momento a importância deste projeto. -----

O Sr. Presidente da Câmara recordou ainda que todo o processo seria avaliado pelas entidades competentes do Estado, sendo a matéria da concessão fiscal da responsabilidade do Governo e da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Disse que, neste enquadramento, o Município apenas declarava que não se opunha à concessão dos referidos benefícios fiscais. Rejeitou qualquer tentativa de polarizar a discussão entre os que muito têm e os que pouco têm, ou de se reduzir esta deliberação a uma questão ideológica. Sustentou que, mais do que uma questão de ideologia, este era um momento que exigia coragem política e clareza na decisão: assumir ou não, de forma inequívoca, que se queria a instalação da Lufthansa em Santa Maria da Feira. -----

Criticou, nesse sentido, a incoerência de forças políticas que, segundo referiu, mesmo sendo defensoras do liberalismo económico, revelavam reservas no momento de apoiar um benefício fiscal a uma empresa que, por todas as métricas objetivas, deveria ser acolhida no território. -----

Salientou que, para conquistar este investimento, o Município perdera muitos outros, tal como acontece em todos os territórios verdadeiramente competitivos. Afirmou, contudo, que a Lufthansa decidira instalar-se em Santa Maria da Feira pela qualidade dos seus recursos humanos, pela sua localização estratégica, pela existência de universidades na região, pelas infraestruturas disponíveis e pelo facto de ter encontrado na autarquia um



interlocutor credível, sereno e competente, capaz de prestar, em tempo útil, todas as informações e apoios necessários.-----

Rejeitou comparações com outros investimentos que não se concretizaram, reforçando que, neste caso, o projeto da Lufthansa se encontrava numa fase de execução clara, havendo já anúncios públicos de contratação de pessoal específico para a unidade a instalar em Santa Maria da Feira. Neste contexto, considerou que não existiam paralelismos possíveis. -----

Concluiu sublinhando que, do ponto de vista técnico e económico, os benefícios do investimento eram evidentes para qualquer cidadão do concelho, independentemente do seu grau de instrução. Expressou o desejo de que a assembleia tivesse a mesma capacidade de discernimento porquanto, quem rejeitasse esta proposta se colocaria, mais uma vez, do lado errado da história: o lado do empobrecimento e da estagnação. Defendeu que a política exigia decisões firmes e coerentes, não sendo compatível com posições ambíguas ou inconsequentes face a oportunidades de desenvolvimento estruturante. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, questionando, de forma direta, qual o objeto concreto da deliberação em causa. Pretendia saber se a votação dizia respeito à aprovação do investimento da empresa em Santa Maria da Feira ou especificamente à concessão de isenção fiscal.-----

Sublinhou que, de acordo com as declarações do Presidente, sem a referida isenção o investimento não se concretizaria no concelho, o que, no seu entender, colocaria em causa a relevância de outros fatores anteriormente destacados, como a qualidade do concelho e as suas infraestruturas, enquanto argumentos de atração de investimento. Solicitou, por isso, um esclarecimento inequívoco, se a não aprovação da isenção fiscal significaria efetivamente a perda deste investimento. -----



O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu com cordialidade, reconhecendo a estima que mantém pelo deputado Tiago Paiva, mas considerou que este sabia com clareza o que estava em votação. Interpretou a intervenção como uma tentativa de evitar um eventual constrangimento no momento da decisão e afirmou que tal posição ficaria evidente no sentido de voto que o deputado viesse a assumir. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 27, PS: 13, CDS-PP, IL, IND: 1 – Carmindo Bastos), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (IND – Miguel Branco), aprovar a proposta da Câmara, exarada na deliberação supraidentificada, no sentido de: -----

1. Concordar que o Governo, assim o entendendo, conceda os seguintes benefícios fiscais: -----

a) Isenção de Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), até ao limite total de 1.500.000 €; -----

b) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), durante cinco anos, com o limite de 40.000 €. -----

2. Estabelecer que a concessão dos referidos benefícios fiscais fique sujeita ao cumprimento cumulativo das seguintes condições, cuja não verificação implicará a revogação da mesma e a restituição dos benefícios eventualmente já usufruídos: -----

a) A isenção aplica-se exclusivamente a imóveis já adquiridos, ou que venham a ser adquiridos até 31 de dezembro de 2025, e desde que, comprovadamente, destinados à instalação da unidade industrial; -----

b) A unidade industrial deverá estar em funcionamento no concelho de Santa Maria da Feira, pelo menos, até 31 de dezembro de 2035; -----

c) Cumprimento das cláusulas estabelecidas entre o Estado Português e a sociedade comercial Lufthansa Technik Portugal, S.A., no âmbito do contrato de investimento celebrado entre as partes. -----



Reentrou o membro *Pedro Martins*.-----

Prorrogamento da sessão – artigo 14.º do Regimento-----

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu à consideração do plenário a questão do eventual prorrogamento da sessão, para além das 4 horas, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Regimento.-----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 28, PS: 13, BE, CDS-PP, IND – Carmino Bastos), 1 voto contra (IND – Miguel Branco) e 1 abstenção (IL), prosseguir os trabalhos da sessão.-----

Reentrou o membro *Valdemar Silva*.-----

10 – Atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior-----

- Obras de reabilitação e adaptação de acessibilidades do edifício-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que afirmou que se mudou um bocadinho o valor do investimento, mas não se tinha mudado a importância porque o trabalho das juntas de freguesia é, sem dúvida, muito meritório. Acrescentou que o PS, obviamente, acompanha todo o apoio que se possa dar às juntas de freguesia que respondem, no imediato, às necessidades dos munícipes.-----

Disse querer colocar algumas questões sobre este apoio, nomeadamente se as intervenções previstas serão suficientes para garantir o total



cumprimento do regime jurídico das acessibilidades, que a junta de freguesia tem de cumprir, comentando que isso não passa somente pela questão do elevador e das instalações sanitárias. -----

Questionou ainda por que motivo não tinha sido feito um levantamento exaustivo das condições de acessibilidade em todas as juntas de freguesia do Concelho, tal como o PS tem vindo a pedir nesta Assembleia Municipal, para aproveitar, nomeadamente, o financiamento do PRR, que estivera aberto entre 2021 e fevereiro de 2025, como tantas vezes sugeriu. -----

Referiu que também gostava de saber por que motivo se continuam a executar intervenções de uma forma avulsa, quando elas são necessárias, fundamentais e legalmente exigíveis. -----

Por último, perguntou se todos os equipamentos e edifícios municipais, da alçada da Câmara, são acessíveis a todos, ou se há necessidade de fazer um investimento, que, não sendo igual ao da Lufthansa, seria certamente um investimento que viria a reconhecer os direitos e deveres da Câmara Municipal. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que, em relação à Lufthansa, disse haver uma diferença, é que aquela empresa vai trazer investimento, enquanto, no ponto em causa, é a autarquia que faz o investimento. -----

Referiu presumir que o edifício da junta vá cumprir todo o regime jurídico aplicável em matéria de acessibilidades, até porque vai ter atendimento ao público e vai acolher um Espaço Cidadão. Explicou que os edifícios das juntas de freguesia são propriedade das próprias juntas de freguesia, e que a Câmara tem optado por conceder estes apoios, sendo esse o caminho prosseguido. Afirmou ainda que, naquele momento, não pode dizer que toda a panóplia dos edifícios sob a alçada da Câmara possui acessibilidades para todos, pelo que a autarquia terá de investir nessa área.-----

Relativamente às intervenções avulsas, esclareceu que estas existem porque são candidaturas feitas por iniciativa das juntas de freguesia, dando nota



que a Câmara foi respondendo favoravelmente às solicitações das juntas, como bem sabe a deputada Lia Ferreira. -----

Concluindo, quanto à questão do aproveitamento dos fundos comunitários, reconheceu que talvez pudessem ter sido melhor aproveitados, mas que isso teria de estar articulado com as juntas de freguesia, porque não se trata apenas de obras de acessibilidades já que aproveitam tais intervenções para fazer outro tipo de obras nos edifícios.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio financeiro extraordinário, até ao montante máximo de 74.647,20 €, destinado à realização das obras de reabilitação e adaptação do edifício da Junta em Canedo, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

11 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Fornos no âmbito do Concurso da Capital Concelhia da Cultura 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que começou por parabenizar o presidente da Junta de Freguesia de Fornos e a sua equipa, por ter concretizado a candidatura com sucesso. Referiu que, contudo, pretendia deixar algumas sugestões e fazer alguns reparos, não à candidatura, mas ao próprio projeto em si que parecia feito de modo um pouco precipitado. -----



Disse que as candidaturas para este concurso estiveram abertas entre os dias 21 de janeiro e 24 de março, prazo que limitou um pouco a apresentação de candidaturas. Referiu não saber se tal se deveu a ser o primeiro ano, o ano zero, e, portanto, ser algum tipo de experiência, mas que entende que o processo de candidaturas devia ter sido feito no ano de 2024 para ser concretizado de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. -----

Questionou ainda se, no próximo ano, será feita a integração, por exemplo, do Festival Imaginarius na própria Capital Concelhia da Cultura, dando nota que, dessa forma, dar-se-ia maior destaque à própria Capital, sem gastar a verba que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, deslocalizava-se o Imaginarius. Referiu que essa deslocalização é sempre um desafio difícil de concretizar, mas julga que, assim, estariam reunidas mais condições para que tal fosse exequível. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que referiu que a prova de que o concurso fora lançado com o tempo, foi precisamente o número de candidaturas apresentadas, assim como o facto de ter havido freguesias que até conseguiram se articular para apresentar boas candidaturas. Deu ainda nota que as candidaturas se diferenciaram mais por questões procedimentais do que pela qualidade técnica, o que também demonstra a qualidade dos agentes culturais e a capacidade das juntas de freguesia. ----
Disse não perceber qual é a ligação entre a Capital Concelhia da Cultura e o descentralizar, salientando que, na sua perspetiva, não faz sentido do ponto de vista da lógica cultural até porque o que se pretende é que sejam as juntas de freguesia a programar, e não a Câmara. -----

Fez notar que o que faz sentido é dizer que a candidatura vencedora é muito boa, dando os parabéns à freguesia de Fornos. -----

Informou ser evidente que no final, como acontece com todos os eventos e situações promovidas pela Câmara, será feita uma avaliação, em conjunto com o primeiro organizador e os seus agentes culturais, e daí serão



realizadas as alterações bem como promovidas as melhorias que se venham a revelar necessárias. -----

Concluindo, disse não lhe parecer que isso passe por levar a Viagem Medieval, o Perlím ou o Imaginarius para outra freguesia, comentando que essa discussão, no seu pensamento e, segundo julga, também no pensamento dos feirenses, está encerrada há mais de uma década. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar a atribuição do apoio à candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Fornos, que obteve a maior pontuação, sendo, nestes termos, eleita Capital Concelhia da Cultura 2025, assim como aprovar a minuta do Protocolo de Parceria, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Marco Gonçalves. -----

12 – Programa Movimento e Bem Estar – Transferência de verbas 2025

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que, segundo sabe, este programa faz 25 anos em 2025, comentando que o PS já teve oportunidade de, em sede desta Assembleia Municipal, solicitar ao Executivo a recriação do Programa Movimento e Bem-Estar. -----

Referiu que, assim, o que pede é que o Executivo reflita sobre os 25 anos deste Programa, numa altura em que a Câmara avança com a Estratégia



Municipal de Saúde. Disse que se é importante ter o Programa Movimento e Bem-estar na promoção da saúde, na prevenção da doença, nos desafios relativos à longevidade e à solidão, entende o grupo municipal do PS que, passados 25 anos, faz sentido repensar este programa integrado na Estratégia Municipal de Saúde, que o Município diz estar a desenvolver. ----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse estar totalmente de acordo com o mencionado, dando nota que o sugerido faz parte da estratégia municipal. - Disse também estar em causa a política da sustentabilidade, que não passa apenas pela área do Ambiente, mas também, por exemplo, por reduzir a pressão sobre os orçamentos através destes programas, que evitam que as pessoas vão, depois, sobrecarregar o Serviço Nacional de Saúde, já numa fase de doença. Concluindo, disse fazer todo o sentido o mencionado pela deputada municipal Susana Correia. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 13, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar a transferência de verbas, no âmbito do programa em epígrafe, para as Juntas de Freguesia, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Marco Gonçalves. -----

13 - Regulamento Municipal “Concelho Solidário - Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade”-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de março de 2025 e restante documentação que a acompanha - oportunamente



disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Enquanto deputado municipal independente, quero expressar o meu voto favorável à aprovação deste regulamento, por considerar que a criação de um mecanismo de apoio social dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade é não apenas necessário, mas um dever ético e político de qualquer comunidade que se quer solidária e justa.-----

Contudo, não posso deixar de trazer a este debate uma reflexão que considero essencial: a ajuda financeira deve ser um ponto de partida, e não um ponto de chegada.-----

A atribuição de apoios monetários, por mais bem-intencionada e necessária que seja, deve ser acompanhada de um plano mais amplo e ambicioso que inclua educação financeira, capacitação pessoal e reintegração ativa na sociedade e na economia. Precisamos de ajudar quem precisa, sim, mas precisamos, sobretudo, de os ajudar a sair dessa condição de dependência. Como diz o velho ditado popular: “Se deres um peixe a um homem, alimentas-lhe o dia. Se lhe ensinares a pescar, alimentas-lhe a vida.”-----

Este ditado deve inspirar as nossas políticas sociais. Devemos proporcionar um empurrão, mas com o claro objetivo de que, com o tempo, ganhem autonomia, dignidade e capacidade de sustentar o seu próprio caminho. ---
Nesse sentido, proponho que futuramente este regulamento possa ser complementado com ações formativas em literacia financeira, gestão doméstica, empreendedorismo ou requalificação profissional, em parceria com instituições locais, IPSS ou centros de formação.-----

Acredito num concelho solidário, sim, mas também num concelho que capacita, que forma, que exige responsabilidade e que promove a independência das suas pessoas. Não podemos perpetuar ciclos de carência; temos de criar caminhos de autonomia.-----



Por isso, voto favoravelmente, mas deixo este desafio: vamos mais longe. Vamos transformar a solidariedade assistencial em solidariedade transformadora.” -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que disse que a IL reconhece a importância do Regulamento “Concelho Solidário”, que estabelece apoios pontuais a municípios em situação de vulnerabilidade, no novo quadro de competências sociais municipais. Referiu que a IL valoriza o facto de o regulamento ser claro, articulado com entidades locais e centrado na autonomia dos beneficiários, mas propõe melhorias, designadamente que haja avaliação anual de impacto, relatórios públicos com dados agregados e resposta mais ágil em situações de urgência social.-----

Disse que a IL acredita que este apoio deve ser transitório, centrado na capacitação, e nunca promover dependência, concluindo por afirmar que o regulamento é necessário, mas precisa de ser exigente, transparente e eficaz. Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar o regulamento em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

14 – Alteração do Regulamento de Utilização de Espaços Culturais -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de março de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) questionou qual a razão para o regulamento não ter em anexo a tabela de preços. -----



O Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que prestasse o devido esclarecimento, o qual informou que o regulamento tem as grandes linhas pelas quais se regem os princípios de atribuição de concessão e as regras de utilização dos espaços. Explicou que a tabela é aprovada em reunião de câmara quando se justifica promover alterações no custo de utilização, que obedece a uma outra tabela que vincula para a fórmula de cálculo dos espaços, no valor hora, que depois é refletido nessa tabela. -----
Reforçou que, por uma questão de flexibilidade, se procura ter essa situação em documentos e momentos separados, realçando que a tabela existente manter-se-á em vigor e, se houver necessidade de a atualizar, tal alteração será presente a reunião de Câmara e, depois, submetida à Assembleia Municipal. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou que, segundo julga, a situação deve-se a uma questão técnico-jurídica, dando nota que se a tabela estivesse incluída no regulamento, sempre que se alterasse determinado preço, ter-se-ia de fazer todo o procedimento de alteração ao regulamento, incluindo a fase de discussão pública, para, depois, ser presente à Assembleia. Disse que, da forma como está feito, basta ser presente a reunião de Câmara e, depois, ser dado o conhecimento à Assembleia Municipal. -----
Referiu que essa situação é frequente acontecer em relação às portarias, para evitar o processo legislativo completo, salientando que os juristas entenderam proceder desta forma para evitar o processo de regulamento completo. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), aprovar a alteração ao regulamento em epígrafe, nos termos da deliberação camarária



supraidentificada. -----

Saiu o membro Ana Lamas. -----

15 – Fundação da Juventude – “Abrir novos caminhos” / Atribuição de apoio financeiro -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual solicitou que fosse o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, a explanar o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 10 de março de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que manifestou o seu voto favorável à atribuição do apoio financeiro de 10 mil euros à Fundação da Juventude, no âmbito do projeto “Abrir Novos Caminhos”. Disse tratar-se de uma instituição com mais de 30 anos de trabalho sério e reconhecido em todo o país, dedicada ao apoio aos jovens nas áreas da formação, cultura, empreendedorismo e inclusão, dando nota que, todos os anos, mais de 25 mil jovens beneficiam da sua ação.-----

Referiu que Santa Maria da Feira é sócia fundadora da Fundação desde 2012, e que tal parceria tem trazido valor ao território e posicionamento do Município, como exemplo de inovação e de investimento na juventude.-----

Salientou que, do ponto de vista legal, o processo está devidamente instruído e fundamentado, com parecer jurídico favorável e enquadramento nas leis aplicáveis.-----

Concluindo disse que, por isso, considera que o apoio está alinhado com o interesse público local e com a estratégia de valorização da Juventude, pelo que vota a favor da proposta.-----



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, IND: 2), atribuir um apoio financeiro único e extraordinário de 10.000,00 € à Fundação da Juventude, enquadrado no projeto “Abrir Novos Caminhos”, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros Ana Lamas e Pedro Martins. -----

16 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de março de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O direito à oposição é fundamental para garantir uma democracia saudável e eficaz. No entanto, muitas vezes esse direito é dificultado e até limitado pela maneira como os deputados representam seu papel perante a população. Na nossa Assembleia, é evidente que a maioria dos deputados não tem acesso às minutas da Câmara, o que torna difícil realizar um trabalho mais ativo e célere em benefício dos cidadãos. -----

É essencial que as reuniões camarárias sejam transmitidas online, da mesma forma que as reuniões da Assembleia, para que os assuntos sejam discutidos de forma transparente e igualitária. Todos os feirenses deveriam ter acesso a essas informações, pois só assim podemos garantir uma participação democrática plena. -----



Além disso, é fundamental que os partidos com assento na Assembleia tenham espaços adequados para receber os feirenses, em vez de gabinetes ou salas arrendadas pelos próprios deputados.-----

Isso garantiria um contato mais direto e próximo entre os representantes eleitos e a população, fortalecendo a representação política e a democracia local.-----

É importante também considerar a linguagem utilizada nos relatórios, muitas vezes, eles são redigidos de forma técnica e complexa, o que dificulta a compreensão por parte dos cidadãos comuns. Os relatórios de contas devem ser mais acessíveis, utilizando uma linguagem simples e clara, para que todos possam entender onde está sendo gasto o dinheiro público e para onde está sendo direcionado.-----

Portanto, é necessário estabelecer um estatuto que garanta o direito à oposição de forma efetiva, promovendo a transparência, a participação cidadã e a prestação de contas, elementos essenciais para uma democracia verdadeira e representativa. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todos os feirenses.”-----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: “A Iniciativa Liberal assinala com sentido institucional a apresentação do Relatório de 2024 sobre o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. Este é um momento importante para avaliar a qualidade da democracia local e o modo como o executivo respeita e promove o papel das forças políticas que não integram a maioria.-----

Agradecemos o registo das intervenções da Iniciativa Liberal ao longo do ano – com destaque para temas estruturantes como a descentralização de competências, o rigor orçamental, a eficiência fiscal e a qualidade dos serviços públicos municipais. Ver essas intervenções reconhecidas é um sinal de respeito democrático que valorizamos.-----



Contudo, e com espírito construtivo, consideramos que ainda há caminho a percorrer. A Iniciativa Liberal defende uma prática efetiva e contínua do direito de oposição, que vá além do relatório formal e anual. É necessário: -

- Criar mecanismos regulares e formais de comunicação entre o executivo, os vereadores da oposição e os grupos municipais; -----
- Garantir maior celeridade e profundidade nas respostas aos pedidos de informação e documentos apresentados pela oposição; -----
- Incluir representantes da oposição em grupos de trabalho e comissões municipais, sobretudo em matérias transversais como cultura, juventude, habitação ou ambiente; -----
- E tornar este relatório mais acessível e divulgado junto dos cidadãos, para que saibam o papel da oposição e o grau de abertura do executivo ao contraditório. -----

Acreditamos que a qualidade da democracia local mede-se pela forma como trata quem pensa diferente, não como um entrave, mas como um contributo legítimo para melhores decisões públicas. -----

Por isso, a Iniciativa Liberal vota favoravelmente este relatório, mas reafirma a necessidade de o transformar num instrumento vivo de participação democrática, com impacto real no funcionamento do município.”-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que declarou que o relatório do Estatuto do Direito de Oposição reflete a realidade nesta Assembleia Municipal, mas, contudo, queria deixar algumas notas sobre alguns aspetos que entende fundamentais para que o Direito de Oposição seja, efetivamente, concretizado no Município. -----

Referiu que, apesar de o BE não ter, de momento, nenhum requerimento em aberto, constata que decorreram bastantes meses até que fosse dada resposta a alguns deles, pelo que deixa novamente um apelo à celeridade na resposta a estes requerimentos, por parte do Executivo. -----

Salientou que outro aspeto que considera ter de passar da recomendação à



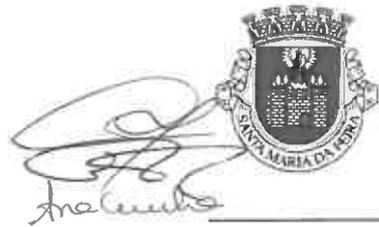
manifestação, e que acha incompreensível, é o facto de que toda a documentação apensa à Assembleia Municipal não está disponível no site da Assembleia. Fez notar que as atas e as minutas estão disponíveis, mas que não está toda a documentação associada ao trabalho dos diferentes grupos municipais, o que seria importante. -----

Realçou que o Regimento da Assembleia informa que não são só as propostas, mas também que os requerimentos e as respetivas respostas devem estar disponíveis, para uma cabal informação a todos os cidadãos. Disse que esta disponibilização também tem algum ganho funcional porque se os deputados municipais tiverem acesso aos diferentes requerimentos que vão sendo feitos, e às respetivas respostas, muito provavelmente não se duplicarão requerimentos sobre os mesmos temas. Referiu que, além do ganho funcional, há ainda um ganho democrático, um ganho de transparência para todos os deputados e para toda a população em Santa Maria da Feira.-----

Concluindo, reafirmou ser incompreensível que esta situação não esteja a ser executada de forma diligente, daí solicitar ao Executivo e à Mesa da Assembleia para que sejam tomadas efetivas diligências para que a documentação a que aludiu seja colocada, de forma atempada, no site. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que esperava que este ponto servisse para trocar algumas reflexões para melhoramento dos trabalhos, comentando que é muito importante ser Executivo, mas também é muito importante ser Oposição, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, e que é por isso que têm vindo a trabalhar, para fazer parte da solução e não do problema. -----

Referiu que o grupo municipal do PS enumera, no relatório, cinco pontos que gostaria de ver melhorados, sendo que alguns até estão ausentes, daí entender que há caminho que podem trilhar juntos, Oposição e Executivo, para serem um verdadeiro poder local democrático e próximo dos cidadãos.



Acrescentou que um desses pontos diz respeito às reuniões do órgão executivo serem transmitidas online. -----

Indicou que o Sr. Presidente da Câmara diz que existem posições divergentes, mas que, na visão do grupo municipal do PS, a única divergência existente é mesmo a falta de vontade do Sr. Presidente em avançar para esse formato. Disse que isso corresponde, cada vez mais, à modernização em termos de governação e à aproximação das reuniões públicas da Câmara não só aos eleitos, mas também e principalmente aos cidadãos. Recordou o exemplo da pandemia, que foi, segundo ela, um excelente exemplo da transmissão online e da possibilidade de acompanhar as reuniões públicas da Câmara Municipal. -----

Referiu que um segundo ponto tem a ver com a informação disponibilizada, questionando quantos pontos submetidos a esta Assembleia eram instruídos com as atas completas da reunião camarária, para que os membros da Assembleia pudessem perceber a discussão da Câmara sobre cada ponto. Explicou que, na maioria dos casos, existe apenas a ata em minuta, pelo que, a menos que aconteça como com o PS, que tem a possibilidade de reunir preparatoriamente com os seus eleitos na Câmara, os demais partidos da Oposição não têm como saber o que se passou nas reuniões camarárias. -----

Referiu que outro ponto diz respeito aos atrasos e à insuficiência nas respostas aos pedidos feitos através da Assembleia, dando nota que o PS tem requerimentos, alguns, segundo julga, de setembro de 2024, que ainda aguardam resposta. Sublinhou que continua a haver uma "brevidade longa" nas respostas, que dificulta o trabalho e o escrutínio da Oposição. -----

Apontou ainda um penúltimo ponto, relacionado com o direito à participação, afirmando que existe também esse direito, da Oposição participar, estar presente, por exemplo, nos eventos e inaugurações mais importantes para o Município, e não só para o Executivo do PSD. -----

Acrescentou que, também na publicação no site do Município, se devia



perceber que esse não é apenas uma promoção, entre aspas, do Sr. Presidente da Câmara e do executivo PSD, comentando que se o Sr. Presidente e o executivo quiserem promoção, deviam fazê-lo por conta do seu partido e por conta própria. -----

Frisou que os meios do Município, na sua opinião, devem estar ao serviço da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e dos eleitos pelos cidadãos, pelo que considera, assim, que o direito à participação por parte da Oposição, quer no Executivo quer na Assembleia Municipal, ainda não está a ser devidamente garantido em igualdade de circunstâncias e em equilíbrio. Por fim, referiu um último ponto, relativo ao espaço para a Oposição. Disse que houve uma intenção que aplaudiram, quando o Sr. Presidente apresentou o projeto para os novos Paços do Concelho, no qual havia um pensamento que eles próprios sonhavam um dia concretizar, que era a Oposição ter também as suas salas de trabalho. Disse que isso tinha sido apresentado no projeto, que, estando agora em situação menos prioritária, talvez permitisse, a meio caminho, encontrar uma alternativa para melhorar o trabalho da Oposição. -----

Referiu que, como testemunho enquanto Oposição e membro desta Assembleia ao longo dos anos, considera muito salutar para a democracia que, em vez de dois partidos representados, haver sete, oito, nove ou dez, o que também faz vibrar a democracia e o trabalho do poder local em proximidade. Concluindo, disse considerar que o Estatuto de Oposição deveria ser um caminho de melhoria, mais do que um tema de debate no qual uns e outros se esforçam para se ouvirem mutuamente. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por sublinhar o facto de que, em Santa Maria da Feira, ao contrário do que, infelizmente, ia acontecendo no Parlamento Nacional e em várias assembleias municipais, naquela Assembleia se mantinha um elevado espírito de urbanidade, de respeito e de maturidade democrática. -----



Referiu existir um enorme respeito democrático nas intervenções, quer na sua qualidade, quer no respeito demonstrado. Afirmou que, embora esse aspeto não fosse relevante há uns tempos, hoje parece-lhe relevante que a Assembleia continue a ser esse espaço de debate e de troca de ideias, aceso quando necessário, ideológico quando assim se justificasse, contraditório, mas, acima de tudo, respeitador, colocando em várias ocasiões o interesse dos feirenses acima dos interesses partidários, o que, segundo ele, acontece nas matérias essenciais do Município.-----

Relativamente às posições assumidas, indicou que algumas estavam relacionadas com responsabilidades diretas da Assembleia Municipal e que, por respeito institucional, deveria ser a própria Assembleia a resolver essas questões. Disse que a Câmara nada tem contra a disponibilização no site dos documentos mencionados, que vê nisso uma oportunidade de melhoria, tal como a introdução de novas tecnologias que a Assembleia quer implementar, ressaltando que basta a Assembleia comunicar à Câmara Municipal as decisões tomadas, e esta, como é sua obrigação, executa aquilo que o órgão decide, fosse em Comissão Permanente ou em Plenário. -----

No que diz respeito à recomendação para que as reuniões online do Executivo, afirmou que a Câmara é um órgão autónomo, que discute entre si, que tem o seu próprio regimento e enquadramento, comentando que leva em linha de conta aquilo que os separa sobre a utilidade das transmissões online. -----

Quanto aos atrasos nas respostas aos requerimentos, admitiu que existem, mencionando que, segundo sabe, há cerca de 14 respostas por dar, sendo que 2 delas foram ultrapassadas pelos próprios acontecimentos, salientando que o Executivo tentará melhorar neste aspeto. No entanto, relativamente à alegada insuficiência, afirmou discordar, porque as respostas dadas são de acordo com aquilo que o Executivo julga ser útil e adequado no âmbito do tema. Sobre as 14 respostas por dar, salientou que, para se ter consciência da dimensão, na Assembleia da República o problema é mil vezes pior e os



incumprimentos são constantes. Informou que a isso se chama, do ponto de vista do direito, uma *lex imperfecta*, ou seja, algo previsto na lei, mas sem consequências práticas, para além da avaliação política negativa ou positiva. Em relação aos convites para inaugurações, afirmou que todos os vereadores e membros da Assembleia são convidados para tudo o que são cerimónias institucionais e inaugurações, acrescentando que se, depois, estão presentes ou não, é uma opção de cada um.-----

Relativamente à questão das redes sociais, desafiou a deputada Susana Correia a consultar os conteúdos dos últimos dias para verificar qual é, de facto, a promoção do Presidente da Câmara nas redes sociais do Município, e a observar se, nas inaugurações, não há um tratamento idêntico entre todas as forças partidárias. Acrescentou que se a deputada Susana Correia quisesse aparecer mais vezes nas fotografias, não haveria problema nenhum e poderia até indicar ao gabinete de comunicação que procedesse nesse sentido.-----

Concluiu dizendo, em tom de graça e pedindo que isso não fosse mal interpretado, que teria todo o gosto, em algumas das matérias referidas, em arranjar mais espaços para a Oposição, pois isso significaria que ele se manteria no Executivo e não na Oposição, realçando que iria tentar dar cumprimento a algumas das propostas apresentadas. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do Relatório em referência. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante



desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 43 minutos do dia 1 de maio de 2025, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Sra. Patrícia Bastos da Cunha